

Memorial para progressão à categoria de Professor Classe E (Titular)

Renato Sérgio Jamil Maluf

Processo: 23083.007/2014-43

Rio de Janeiro,

Abril de 2016

Sumário

- 1. Traços gerais da trajetória intelectual**
 - 2. Da comercialização agrícola ao capital comercial**
 - 3. Vínculos temporários com dois núcleos (e temas) de pesquisa**
 - 3.1. NPDR - Estudo regional sobre formação de mercado de trabalho**
 - 3.2. NPCT - Estratégias econômicas e organizativas em assentamentos de reforma agrária**
 - 4. Chegada à segurança alimentar e nutricional**
 - 5. A questão alimentar no desenvolvimento**
 - 6. Desenvolvimento: o conceito e a abordagem de Albert O. Hirschman**
 - 7. Agricultura familiar, mercados e a questão alimentar**
 - 8. Para além da produção: a multifuncionalidade da agricultura familiar**
 - 9. Incursões nos campos do desenvolvimento sustentável e das mudanças climáticas**
 - 10. Pobreza rural, inclusão produtiva e ocupação**
 - 11. Retorno ao tema dos preços dos alimentos**
 - 12. O âmbito internacional e a cooperação Sul-Sul brasileira**
 - 13. Programa de estudos e pesquisa em curso**
 - 14. Docência**
 - 15. Orientação acadêmica concluída**
 - 16. Gestão acadêmica**
 - 17. Referências bibliográficas**
- Anexo: Diagrama Agricultura familiar e os mercados de alimentos**

Introdução

A elaboração do presente memorial descritivo busca cumprir com o principal requisito a ser submetido no pleito para progressão à categoria de Professor Titular, de modo que seu conteúdo está orientado, primeiramente, pelo objetivo de revisar minha trajetória acadêmica e a produção intelectual que embasam esse pleito. Organizei a revisão de maneira a sublinhar o amadurecimento sobre inquietudes, conceitos e enfoques que vieram a desembocar no tema subjacente aos meus trabalhos recentes, a saber, 'a questão alimentar no desenvolvimento'. Ao redor desse tema geral se localizam as principais contribuições que penso ter dado ao conhecimento, sendo este um aspecto do percurso acadêmico que nos é solicitado ressaltar, ainda que essas contribuições tenham sido, não raro, fruto de reflexão coletiva.

Não obstante, optei por não me restringir à elaboração de um memorial meramente descritivo ao lhe conferir um caráter também analítico, que busca contextualizar minha trajetória e as continuidades e inflexões nas temáticas a que me dediquei. Essa opção me levou, ademais, a aproveitar esse momento de reflexão para estabelecer os elos entre a trajetória ora revista e os eixos orientadores do programa de estudos e pesquisas que pretendo seguir desenvolvendo na presente etapa de minha carreira acadêmica.

A opção por apresentar um memorial descritivo-analítico me levou a ultrapassar o período de avaliação estabelecido pelas normas de progressão a professor titular - últimos 16 anos - já que pretendi identificar as primeiras inquietudes que viriam a resultar nas questões de pesquisa que ocuparam boa parte das minhas atividades, até recentemente. Essa perspectiva me fez retroceder até meados da década de 1970, quando conclui o curso de Graduação e ingressei no Mestrado, mesmo momento em que também se iniciou minha já longa, prazerosa e ininterrupta dedicação à docência em cursos de Graduação, em 1975, acrescida do envolvimento com docência e pesquisa na Pós-Graduação, a partir de 1981.

As escolhas antes mencionadas resultaram na organização do texto em um número grande de seções, conforme se observa no sumário do memorial, as quais apresentam minha trajetória em blocos temáticos, não necessariamente expressando

a ordem cronológica dos trabalhos registrados em cada um deles. Além disso, acrescentei uma seção final para dar conta da intenção do presente esforço de revisão de indicar os rumos do programa de pesquisa em curso.

1. Traços gerais da trajetória intelectual

Duas características marcam minha trajetória intelectual e profissional desde a formação inicial até os dias de hoje. O fato de eu ter me graduado e ter obtido os títulos de Mestre e Doutor sempre no campo da Economia constitui, naturalmente, uma marca forte sintetizada no fato de eu sempre ter sido professor de disciplinas em que predominam conteúdos econômicos. Entretanto, a reiterada opção pela Economia Política, e não pela chamada Ciência Econômica, expressou o interesse em desvendar e compreender a dimensão econômica da vida material por caminhos que ressaltavam os conflitos em relação à geração e apropriação de renda e riqueza e os desafios para construir uma sociedade justa com vida digna para todos. Veremos que a propensão de ultrapassar os limites disciplinares, presente desde então, foi reafirmada quando optei por ingressar no CPDA/UFRRJ, em 1990, vindo a se consagrar como opção teórica e metodológica.

Ao lado das escolhas em termos das disciplinas ou campos do conhecimento, encontra-se embutida em minha trajetória a associação entre conhecimento e militância. De fato, trata-se de marca distintiva a ser assinalada, pois essa associação resultou em posturas reunindo a valorização do conhecimento buscado na vida universitária (em menor grau, no que se chama de academia) e a militância política, a qual se localizou, num dado período, no campo político-partidário, mas que em termos mais amplos tem se dado no campo social onde sempre inscrevi a questão alimentar. A articulação entre conhecimento e militância estava presente, desde logo, no engajamento na crítica econômica praticada desde o período do regime militar sob o qual me formei, em particular no debate das políticas adotadas pelos governos¹. Contudo, foi no campo alimentar, mais propriamente, no tratamento de questões

¹ Minha primeira participação em seminário internacional se fez com base em texto escrito em conjunto com um colega de universidade e militância. Machado, J. e Maluf R. S. (1983). *A crise no Brasil: raízes econômicas, o impasse político e os interesses populares*. Piracicaba (SP), UNIMEP, 35 p. (Segundo Encuentro de Científicos Sociales y Teólogos, San José, Costa Rica, Julio/1983).

agro-alimentares, que conhecimento e militância vieram a se associar enquanto prática cotidiana de estudo, pesquisa e militância social. Enquanto a crítica econômica significou valorizar, desde cedo, a importância da democracia e do debate aberto sobre modelos alternativos e instrumentos de política pública, os estudos e o engajamento social em temas relacionados com alimentos, agricultura, fome e segurança alimentar levaram à ampliação do meu foco de modo a valorizar o papel dos atores sociais, inclusive, na análise do Estado e das políticas públicas.

Assim, inquietudes de natureza intelectual e questões postas pelo debate público estão na base da busca sistemática de conhecimento e das escolhas teóricas correspondentes. Excluía-se, desde logo, a dedicação ao desenvolvimento da teoria como um objetivo que se encerra em si mesmo. Os poucos esforços de tipo conceitual relatados nesse memorial derivaram da perspectiva de aplicar o conhecimento teórico na compreensão de como se desenvolvem as sociedades, isto é, como elas se movem e se transformam, principalmente em sua dimensão econômica. Daí que uma característica de quase todos os meus trabalhos acadêmicos é o olhar sobre as dinâmicas socioeconômicas e tendências de médio e longo prazo, sendo raro e quase sempre auxiliar o uso de instrumental analítico ou de modelos explicativos do comportamento conjuntural de variáveis econômicas.

Esse tipo de preocupação fluiu na direção de concentrar meus estudos e também minha atividade didática na chamada economia do desenvolvimento, com especial atenção para as relações entre dinâmicas econômicas e desigualdades sociais ou, de forma propositiva, os requisitos para reunir dinamismo econômico e equidade social. Veremos que aí se localizou um dos esforços de conceituação na forma de um ensaio refletindo sobre a própria noção de desenvolvimento econômico. Ressalto, porém, que minhas leituras e escritos sobre desenvolvimento ultrapassaram, com frequência, as fronteiras da economia, sendo esta a fonte de onde extraio o substrato econômico ou socioeconômico das reflexões e pesquisas nos campos temáticos a que me dedico.

Cabe, aqui, abrir um parêntese para mencionar que o modo como recorri ao conhecimento teórico desde os meus primeiros trabalhos acadêmicos continha uma expectativa modesta quanto às possibilidades oferecidas pela teoria, ainda que essa percepção só tenha me ocorrido, talvez tardiamente, com a leitura da obra de Albert O. Hirschman a partir de meados da década de 1990. Não me refiro apenas ao fato,

comum e até esperado em meu caso, de o uso aplicado de conceitos e matrizes analíticas prevalecer frente aos poucos esforços de teorização, mas também à adoção de posturas tais como assumira dimensão inescapavelmente normativa da noção de desenvolvimento sem com isso abdicar da reflexão crítica (teórica) a respeito. A abordagem de Hirschman sobre o lugar da teoria expresso no seu “princípio de modéstia teórica”, e sobre muitas outras questões, passou a ter presença constante em minhas aulas, palestras e escritos, terminando por ser objeto de um ensaio específico.

No que diz respeito ao campo temático em que concentrei a parte principal da docência e da pesquisa, é possível afirmar que a ideia de que há uma questão alimentar no desenvolvimento constitui a matriz de boa parte do que eu produzi desde que a formulei em meados dos anos 1990, invocando razões econômicas, éticas e políticas em sua fundamentação. Claro que as raízes desta formulação são anteriores e encontráveis já no projeto que tinha em mente ao concluir a graduação, a saber, estudar os fluxos comerciais de produtos agrícolas com o exterior em correlação com a suficiência do abastecimento interno. Tratava-se de uma proposta bastante preliminar, mas nem por isso menos significativa, de dissertação de Mestrado², que terminou por se converter em um estudo sobre comercialização agrícola em âmbito nacional.

Veremos que comercialização agrícola, abastecimento alimentar, segurança alimentar, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar e direito humano à alimentação compõem o conjunto de referências gradativamente incorporadas na construção do campo temático que absorveu boa parte das minhas reflexões e pesquisas aplicadas. Meu envolvimento nessa construção englobou, aqui também, esforços de tipo conceitual, no caso, uma construção conceitual de noções ainda não consagradas no país – como a segurança alimentar e nutricional – feita em conjunto com o debate de políticas públicas e a prática militante. Essa conjunção não se explica pelo meu perfil pessoal, mas sim pela característica inerente às noções que são objetos de ações e políticas públicas, a saber, elas assumem acepções distintas conforme os atores sociais que delas fazem uso. A disputa de significados é parte da construção conceitual da segurança alimentar e nutricional, da soberania alimentar e do direito humano à alimentação.

² Não se requeria, à época, um trabalho de conclusão do curso de graduação em Economia.

Como se sabe, é próprio desse campo temático conferir destaque à agricultura em geral e, particularmente no Brasil, à agricultura de base familiar, trazendo consigo questões relativas ao meio rural e aos recursos naturais. Foi pela porta dos alimentos (bens alimentares) e da alimentação (modos de apropriação dos bens alimentares) que “entrei” na agricultura e no meio rural, sendo este o caminho que ainda adoto para abordar as questões agrícolas, agrárias e rurais. Essa perspectiva é evidente na dissertação de Mestrado, na tese de Doutorado e em várias pesquisas e publicações. Não obstante, em um dado momento (principal e quase único) percorri o caminho inverso, iniciando pela agricultura para chegar ao seu papel na alimentação, quando coordenei uma rede de pesquisadores com o objetivo de trabalhar a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar no contexto brasileiro. Focalizando o meio rural, interessava-nos ressaltar os papéis econômicos e não-econômicos da agricultura familiar. Esse caminho incluiu, ainda, a incorporação da noção de território e, com ela, a de desenvolvimento territorial entre as referências analíticas daquele trabalho e de outros que se seguiram.

Finalizando essa introdução aos traços gerais da minha trajetória, ressalto a propensão a incorporar a dimensão mais propriamente política em meus trabalhos recentes, com vistas a realçar o papel da participação social nas políticas públicas e de refletir sobre seus desafios na ótica da democracia participativa, naturalmente respeitados os limites da minha formação. De fato, a análise das políticas públicas é um componente sempre presente em minha trajetória. Alguma incursão na literatura mais conceitual sobre enfoques de políticas públicas tem feito parte dos meus trabalhos, aí incluída a análise do papel da participação social na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Contudo, por mais que minha própria experiência de integrar um conselho de participação social em políticas públicas de SAN tenha sido essencial para adquirir algum conhecimento da prática da participação³, careço de embasamento sólido em disciplinas mais apropriadas para abordar a questão da democracia participativa em toda a sua complexidade.

³ Além de ter acompanhado a constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 1993/4, estive diretamente envolvido com sua retomada em 2003, tendo exercido a Presidência do Conselho por dois mandatos, entre 2007 e 2011. Na base desse envolvimento ou militância social está minha condição de membro fundador e integrante da Coordenação Nacional do

Passo, agora, a apresentar uma síntese das principais etapas da minha trajetória desde o Mestrado até o presente momento, com base nos trabalhos realizados e publicações correspondentes.

2. Da comercialização agrícola ao capital comercial

Dissertação de Mestrado

Conforme antecipado na seção anterior, meu primeiro trabalho acadêmico propriamente dito consistiu na dissertação de Mestrado intitulada “A Expansão do Capitalismo no Campo: o arroz no Maranhão”, abordando as formas de produção e sistemas de comercialização na rizicultura maranhense⁴. Sob a orientação do Prof. Tamás Smrecsányi, ela foi defendida em 1977 na UNICAMP. Os objetivos da pesquisa, assim como o enfoque e referencial teórico, refletiam duas questões então presentes nos estudos sobre agricultura e o meio rural no Brasil, tidas como centrais pelas abordagens que compunham o chamado pensamento crítico sob forte influência da matriz marxista. Uma delas dizia respeito às características assumidas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, já claramente urbano-industrial, e suas repercussões nas atividades agrícolas e na conformação do espaço rural. Essa perspectiva está sintetizada na própria formulação que abre o título da dissertação: “a expansão do capitalismo no campo”.

A segunda questão, derivada em parte da primeira, jogava luz na submissão à lógica mercantil do numeroso e heterogêneo universo que compunha a categoria dos pequenos produtores rurais e na apropriação do excedente econômico por eles gerado. Entendia-se que, ao lado do acesso a terra, os mecanismos de comercialização da pequena produção agrícola e de aquisição dos bens de que necessitavam condicionavam as possibilidades socioeconômicas e outras dimensões da existência dessas famílias. A pesquisa de campo em que se baseou a dissertação era um dos estudos de caso de um projeto sobre comercialização agrícola e formação de preços

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, rede de organizações e movimentos sociais que atuam nesse campo, criada em 1998.

⁴ Maluf, R. S. (1977). *A Expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão*. Campinas (SP), UNICAMP/IFCH. (Dissertação de Mestrado).

no Brasil (Convenio UNICAMP/INCRA, 1977), no qual fui o responsável pelo estudo da rizicultura na então chamada região Pré-Amazônica do Estado do Maranhão.

A opção de recorrer a um estudo de caso refletia a compreensão de que estudar a agricultura brasileira passava por considerações regionais em função da amplitude territorial e da diversidade características do Brasil, com um enfoque que tinha em conta a trajetória histórica das regiões respectivas e sua integração às dinâmicas mais gerais em curso no país. Isto é, tratava-se de recuperar a regionalização oriunda da herança colonial brasileira com base na qual se construiu a integração espacial da economia e da sociedade brasileira sob a égide do capital industrial. Num momento em que eram comuns as abordagens da ocupação econômica das regiões de fronteira – o Maranhão se encontrava nessa condição – em termos da implantação de formas modernas em “espaços vazios”, a dissertação reconhecia, diferentemente, que o avanço da acumulação de capital – a expansão do capitalismo no campo – defrontava-se com configurações socioeconômicas oriundas do processo histórico específico de cada região, cabendo ao capital subordinar as regiões, transformando-as por meio de processos essencialmente contraditórios. No caso do Maranhão, esses processos incluíram a desagregação da principal atividade agroexportadora (cotonicultura), o recebimento de contingentes de migrantes pobres oriundos do Nordeste e a expansão da pecuária bovina.

Além disso, tinha a compreensão de que o mesmo processo que inseria a região na acumulação de capital em curso na economia brasileira, com suas respectivas contradições, implicava alterações na relação cidade-campo devidas à dinamização da agricultura de mercado interno propiciada pelo avanço da industrialização-urbanização. A porta de entrada para analisar as formas de produção, beneficiamento e comercialização do arroz cultivado “no toco” por pequenos posseiros e arrendatários em duas regiões do Estado do Maranhão – Cocais e Pré-Amazônia – foram os elos que vinculavam essas atividades com o mercado nacional do produto.

Assim, essa importante parcela da rizicultura maranhense foi interpretada como um caso em que a expansão capitalista incorporou novas áreas e estabeleceu com as formas não capitalistas de produção nelas presentes um tipo de subordinação indireta

do trabalho ao capital⁵. Vale dizer que tais áreas e produtores contribuíam para a reprodução do capital fornecendo alimentos e matérias-primas, ao lado da aquisição de terras para a pecuária, sem que houvesse um capital investido na produção agrícola propriamente dita, caso em que se configuraria a subordinação direta do trabalho ao capital. As categorias consideradas como formas não capitalistas de produção incluíam os pequenos arrendatários e pequenos posseiros, bem como grande parte dos pequenos proprietários. Estes, porém, desfrutavam de condição diferenciada em relação aos demais por deterem a posse da terra (favorecendo o acesso ao crédito) e possuírem pequena participação na atividade que me interessava estudar.

Cabia à intermediação do capital mercantil articular as formas não capitalistas de produção com o movimento de reprodução do capital em curso na economia brasileira, apropriando-se de excedente econômico que incluía a parcela a ser retida na atividade de produção caso ela se realizasse sob formas especificamente capitalistas. Deste modo, a expansão dessas formas de produção agrícola tinha como principal determinante a acumulação de capital na economia como um todo, e não a acumulação realizada e apropriada nelas mesmas.

Outras ressalvas ajudavam a demarcar o enfoque e referencial teórico da dissertação. Primeiro, apartei-me do debate então bastante vivo sobre a presença de relações semifeudais na agricultura ou sobre a existência de resquícios feudais no meio rural brasileiro. A opção foi aplicar o qualificativo “não capitalista” para me referir às formas de produção que não têm um capital nelas investido a procura de uma taxa média de retorno, embora integradas à dinâmica de reprodução do capital e suas implicações em termos da articulação entre o campo e a cidade. Afiliava-me, portanto, às abordagens que consideravam o movimento conjunto de reprodução de relações capitalistas e não capitalistas como parte constitutiva do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Com este olhar buscava captar as especificidades regionais em termos da forma de organização da produção agrícola e dos mecanismos de apropriação do excedente. Esclarecia também que a persistência de métodos rudimentares de produção não era estranha à subordinação indireta do trabalho ao capital, pois o produtor agrícola continuava a ser um vendedor de mercadorias e não

⁵ Utilizei a noção de subordinação indireta ao capital conforme desenvolvida por Silva (1977).

de seu próprio trabalho, portanto, não se aplicando nem mesmo a diferenciação entre subordinação formal ou real do trabalho ao capital.

Igualmente importante foi a não utilização das categorias de camponês, campesinato e unidade de produção camponesa, por entender que elas gerariam graves confusões se não fossem devidamente explicadas. Embora ciente das interpretações propugnando que a dominância do capitalismo e a subordinação que este estabelece sobre as ditas formas camponesas alteravam o próprio caráter das mesmas (Velho, 1969; Wanderley, 1977), entendia então que o conceito de camponês tinha menor vigor explicativo do que as caracterizações que privilegiavam as relações com a terra (meio de produção fundamental) e as formas de apropriação do excedente pelo capital. Note-se que essa opção teórica significava, ao mesmo tempo, quase que uma tomada de posição num debate bastante politizado, opção e posicionamento que vieram a ser revistos em minha trajetória posterior, ao incorporar a noção de agricultura familiar.

Entre as conclusões gerais da dissertação, resalto o papel atribuído ao sistema de comercialização dominante enquanto um dos determinantes da reprodução da rizicultura maranhense por meio do crédito e do manejo dos preços de venda do arroz e de compra de bens. A “rede” de intermediação promotora de intensa exploração comercial concentrava, na esfera da circulação, a acumulação de capital oriunda das atividades ligadas ao arroz do Maranhão. À acumulação mercantil propiciada pela rizicultura se juntava a renda-trabalho extraída pelos grandes pecuaristas do desmate feito pelos pequenos produtores e a consolidação de outras pré-condições para a penetração do grande capital nas novas áreas incorporadas pelo avanço da fronteira agrícola. Identificava, assim, a existência de vários meios de extração do sobre-trabalho, no qual prevalece a subordinação indireta ao capital, para além da relação de assalariamento.

Como essa exploração se dava, notadamente, por meio do capital comercial responsável pelas relações cidade-campo, concluí que este tipo de capital gozava de uma condição de “hegemonia relativa”. Hegemônico por subordinar a produção agrícola da região aos seus interesses, mas ao mesmo tempo subordinado ao capital industrial entendido como forma hegemônica na economia nacional que impõe limites às possibilidades de acumulação do capital comercial. Essa observação constitui a

chave de ligação da dissertação com o objeto principal da tese de doutoramento, que foi a compreensão sobre a natureza do capital comercial e sua inserção no desenvolvimento capitalista.

A existência de formas não capitalistas de produção agrícola subordinadas indiretamente ao capital, por meio do capital comercial em condição de hegemonia relativa em face do desenvolvimento capitalista de base urbano-industrial, levou-me a identificar uma “harmonia contraditória” em que coexistem a aparente funcionalidade dessas formas de produção e suas contradições com a expansão do modo de produção capitalista. O intento de desenvolver uma abordagem que se pretendia dialética implicava buscar nessa harmonia contraditória os fatores que levariam à superação das formas não capitalistas (ou sua reprodução em outro contexto socioespacial).

Um ensaio de tese

Entre a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento tive a oportunidade de desenvolver um ensaio abordando questões teórico-metodológicas envolvidas no estudo da comercialização agrícola⁶, passo importante para compreender não apenas a comercialização agrícola, mas a própria natureza do capital comercial. O ensaio antecipou as principais questões que na tese de doutoramento conformariam, mais propriamente, uma abordagem sobre a comercialização agrícola. De fato, ele foi escrito em diálogo com o Prof. Sérgio Silva, futuro orientador no Doutorado. Nele comecei a desenvolver a análise da comercialização como uma das esferas de aplicação de capital, isto é, uma atividade desempenhada por formas concretas de capital na qual, como nas demais, se realiza uma acumulação por um capital propriamente comercial ou não. Essa interpretação pretendia se diferenciar, melhor, se contrapor às que colocavam a comercialização como “elemento passivo” (assim caracterizei na época), que ao desempenhar eficientemente suas funções estaria contribuindo para o bom desenvolvimento das atividades econômicas em geral. Ao mesmo tempo, chamava a atenção para o fato de a localização da comercialização agrícola lhe conferir um papel fundamental no abastecimento alimentar e de produtos de origem agrícola em geral.

⁶ Maluf, R. S. (1982). *Algumas questões teórico-metodológicas no estudo da comercialização agrícola*. Campinas (SP), UNICAMP/IFCH/DEPE. (Texto para discussão Nº 16).

Na ampla retrospectiva das políticas de abastecimento feita por Linhares e Silva (1979), deparei-me com um documento oficial de 1937 definindo os intermediários – a rigor, a própria comercialização – como “um mal necessário”, expressão que me pareceu sintetizar à perfeição uma compreensão bastante difundida, justificando inclusive sua utilização no título da tese de doutoramento (adiante). Sem poder ignorar o indispensável papel de intermediar a relação entre produtores e consumidores, a restrição provinha do fato de intermediários ou “atravessadores”, invariavelmente, desempenharem esse papel no sentido de impedir o funcionamento das “leis gerais da economia” que operam no encontro da oferta com a demanda. Caberia ao Estado atuar para favorecer o funcionamento dessas leis, proposição sujeita à conhecida controvérsia sobre a intervenção estatal nos mercados que algumas correntes consideram como impeditiva ou desvirtuadora das leis de mercado.

A revisão bibliográfica então realizada levou-me a identificar uma visão funcionalista sobre a comercialização agrícola, de fato, tributária da economia agrícola de matriz neoclássica. Entre os autores consultados destacavam-se Abbott (1962), Steele *et al.* (1971) e Paiva (1968). Ainda que reconhecendo as diferenças entre elas, reuni nesse campo as análises que abordavam a comercialização como um conjunto de etapas pelas quais passam os produtos agrícolas, cuja estrutura depende de fatores físicos e institucionais. Propunham uma disciplina denominada de ‘economia da comercialização’, à qual caberia analisar as funções (relacionar as necessidades de consumo à atividade de produção), serviços prestados (custos e margem de lucro), tipos de agentes e especificidades dos produtos, com vistas a tornar a comercialização a mais eficiente possível. O objetivo último reflete conhecido e antigo dilema de reunir a melhoria na remuneração do produtor agrícola e o atendimento dos interesses dos consumidores.

Entre as características dessa visão destaquei a tendência à análise segmentada da produção e da comercialização agrícola, a atribuição do “atraso” da agricultura a fatores subjetivos ligados ao comportamento de agricultores pouco sensíveis aos estímulos de mercado indutores da modernização da agricultura, premissas discutíveis relacionadas com a utilização dos fatores de produção e com a própria noção de soberania do consumidor. A propósito, ressalte-se a perspectiva de associar a comercialização agrícola a questões de desenvolvimento econômico, seu papel nas

“economias atrasadas” ou suas especificidades nos “países em desenvolvimento”. No próprio documento de 1937 admitia-se que, em muitos casos, os intermediários constituíam “verdadeiras alavancas do progresso”.

O ensaio propunha “uma visão alternativa” da comercialização agrícola, desde logo, assumindo como premissa a natureza capitalista da atividade e inserindo-a no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Já refletindo perspectivas da época que buscavam ultrapassar enfoques que implicavam segmentar a atividade agrícola, as diferentes estruturas de comercialização foram abordadas de modo articulado com as formas de organização da produção agrícola. Dando continuidade à interpretação presente na dissertação de Mestrado, sustentava que à hegemonia do capital comercial sobre atividades de produção quase sempre temos como contrapartida um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na região ou no tipo de produção em que este fenômeno se verifica. Em direção contrária, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especificamente, o processo de industrialização mudou substancialmente o quadro anterior em que o capital comercial desfrutava de posição hegemônica na economia brasileira, subordinando o capital comercial ao industrial, porém, sem eliminar completamente as situações de domínio da intermediação comercial sobre pequenos produtores como no caso estudado do Maranhão e outros mencionados adiante. De todo modo, as tendências dominantes iam à direção da concentração do capital urbano, da integração vertical indústria-agricultura e dos complexos agroindustriais, da capitalização da agricultura chamada de “industrialização da agricultura”, e de concentração do próprio capital comercial como já se notava com a expansão dos supermercados.

O ensaio aplicou a “visão alternativa” a cinco circunstâncias distintas. Uma delas se refere à hegemonia relativa exercida pelas formas tradicionais de capital comercial sobre a pequena produção agrícola, colocadas em posição secundária em face das tendências antes descritas. Reproduzia o tratamento dado na dissertação de mestrado com base nas noções de formas não capitalistas de produção, subordinação indireta ao capital e hegemonia relativa do capital comercial, recorrendo a outros exemplos e buscando diferenciar os agentes, relações e mecanismos de apropriação de excedente econômico nas várias etapas da comercialização.

Outra é a natureza das relações diretas estabelecidas pelo capital industrial, mais especificamente pela agroindústria com a produção agrícola sob a lógica da integração vertical da cadeia. Limitei-me à produção agrícola realizada em pequenas unidades familiares, consideradas um caso particular de dominação do pequeno produtor com extração de sobretabalho pela indústria processadora (ilustrando com os casos da uva e do fumo no Rio Grande do Sul).

Contudo, o enfoque proposto tinha que abordar os reflexos no sistema de comercialização das transformações verificadas em parcela significativa da produção agrícola brasileira. Os capitais aplicados na esfera da circulação passam a se defrontar com a produção agrícola realizada em bases capitalistas e em maior escala. A propósito, propunha a denominação de proprietários da produção agrícola para evitar a generalização enganosa da categoria agricultores. Entre as implicações desse processo, destaquei a progressiva eliminação dos pequenos agentes comerciais, a crescente importância do crédito de comercialização com garantia de preços e as modificações na esfera do atacado, perpassada pelos avanços do capital industrial na relação direta com a agricultura e com o varejo e pela concentração grande varejo. No âmbito dos alimentos básicos, e fazendo contraponto ao caso maranhense, recorri à comercialização do arroz oriundo do Sul do país (Smith, 1973) e às transformações já visíveis no feijão. Para tratar da comercialização das grandes culturas de exportação utilizei o caso do café.

Menção especial foi feita à organização dos produtores em cooperativas em razão da frequente referência a esta forma de enfrentamento do capital comercial. Sem aprofundar-me no tema, estudos sobre as experiências tidas como exitosas apontavam para a inevitável incorporação de práticas empresariais pelas cooperativas e a diferenciação entre os cooperados. Exemplos foram dados de grandes cooperativas que terminam por se aliar e reforçar os interesses estabelecidos numa dada região ou cadeia de produto. Por último, a comercialização de produtos hortícolas constitui caso particular devido às peculiaridades desses produtos. Entre elas, destaquei a capacidade de gerar grande valor de produção em estabelecimentos relativamente pequenos, quase sempre localizados próximos aos centros urbanos e sujeitos à especulação imobiliária, ao lado da maior rotatividade do capital, dos riscos na comercialização e da presença da venda em consignação. Os entrepostos (do antigo

Sistema CEASA) e a participação de algumas grandes cooperativas são também abordados.

Nas notas finais do ensaio consta um esforço para enfrentar a questão da formação dos preços que seguiu presente em meus estudos e pesquisas. Desde logo, tratava de desmontar o argumento de que mais etapas de comercialização envolvendo maior número de agentes resultam em preços maiores, ao que contrapus que a concentração da comercialização e o menor número de etapas não resultaram em redução das margens e comercialização e diminuição dos preços relativos dos produtos agrícolas, requerendo estudar como se dá a formação de preços e das margens de comercialização. Outro argumento importante era o de que a modernização da agricultura não estaria levando à obtenção de produtos a preços mais baixos, ponto controverso também retomado posteriormente. Um aspecto para o qual chamei a atenção era que a maior participação dos preços pagos aos agricultores nos preços finais dos produtos era acompanhada da introdução de custos monetários antes inexistentes (monetização da atividade), podendo estar aí uma das causas da elevação dos preços finais. No tocante à participação do Estado, concluí que embora ela tenha sido, tradicionalmente, permanente nas culturas de exportação e episódica no abastecimento alimentar interno voltada para solucionar problemas localizados, haveria um chamado para atuar frente a problemas maiores e mais complexos que os provocados por atravessadores que ‘escondem’ produtos, com repercussões inclusive no aumento de importações. Finalizei dizendo que este quadro ganhava em complexidade, pois sabendo-se que a atuação do Estado reflete conflitos sociais, o contexto era de agravamento da questão agrária e dos conflitos sociais no campo.

Tese de Doutorado

A tese de doutoramento consistiu, então, no momento em que as reflexões iniciadas na dissertação de Mestrado e, principalmente, aquelas contidas no ensaio antes referido se converteram numa tese, propriamente dita, sobre a natureza do capital comercial e da atividade de comercialização agrícola. A tese recebeu o título de “Um “mal necessário”? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no

Brasil” e foi defendida também na UNICAMP, em 1988⁷. Ela abordou os processos em curso desde meados dos anos 1960 dos quais resultaram estruturas e fluxos de comercialização correspondentes tanto ao que chamei de conformação do “padrão moderno de comercialização agrícola”, quanto à modernização daquele que, por contraste, correspondia ao “padrão tradicional de comercialização” no qual a intermediação comercial tem presença importante. Ambos os processos – conformação do “padrão moderno” e “modernização do tradicional” – foram analisados de modo a inseri-los no desenvolvimento capitalista no Brasil com suas particularidades. A propósito, esclareci que por modernização queria dizer modernização capitalista, vale dizer, transformar e integrar as atividades econômicas sob a égide do grande capital.

No padrão moderno de comercialização onde a intermediação comercial tem importância secundária, destaquei a (agro)indústria e as grandes cooperativas empresariais na comercialização de produtos provenientes majoritariamente da produção capitalista. Após apresentar alguns elementos introdutórios à questão agroindustrial, então analisada desde a ótica das cadeias e complexos agroindustriais, illustrei o padrão moderno, inicialmente, com dois casos em que inexiste uma intermediação comercial. No primeiro, a relação direta entre citricultores e indústria de sucos no cultivo e transformação da laranja, no segundo, a expansão do cultivo de tomate industrial por indução da indústria de polpa e molhos dando lugar a contratos de fornecimento exclusivo. A propósito, chamei a atenção para a inversão da direção dos fluxos sugerida pelos esquemas de representação das etapas da produção agrícola ao consumo final, quando se está em presença da ‘criação’ de uma agricultura por indução da indústria. Outro esclarecimento antecipando, de certo modo, um tema que ganhou relevância posteriormente, foi a não utilização da expressão produção rural, referindo-me sempre à produção agrícola, para evitar a já problemática dicotomia rural-urbano.

Em seguida, tratei do consórcio sulista trigo/soja para lançar luz sobre o então pujante cooperativismo empresarial, entendidas as cooperativas empresariais como

⁷ Maluf, R. S. (1988). *Um “mal necessário”? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil*. Campinas (SP), UNICAMP/IE. (Versão revista e atualizada da tese foi publicada pelo IPEA na Série Cadernos de Economia, Nº 12, Dezembro de 1992)

formas de manifestação do grande capital na comercialização agrícola, resultando em papel decrescente da intermediação comercial tradicional. A análise também fez referência, como era obrigatório, às relações entre a expansão do cultivo da soja com o processamento agroindustrial (óleos e rações), incluindo o fornecimento direto, importante papel do crédito agrícola e uma espacialidade própria quando da ocupação da região Centro-Oeste. Outro caso tratado foi o do algodão, principalmente a expansão da variedade de algodão herbáceo, com o intuito de abordar a relação entre industrialização e aquisição de matéria-prima agrícola, ainda que se trate de um produto cujo cultivo guarda relação com produção alimentar.

O padrão tradicional de comercialização agrícola no qual a intermediação, mais propriamente, o capital comercial tem presença majoritária, estava também passando por transformações que me levaram a falar na “modernização do tradicional”. Tratei desse fenômeno como uma manifestação do processo de integração nos alimentos básicos, porém, discutindo a modernização de formas tradicionais de intermediação junto com a ideia de eficiência, isto é, a perspectiva bastante difundida de modernizar para que fosse mais eficiente o cumprimento das funções atribuídas à comercialização agrícola. Foram analisadas as transformações na comercialização do arroz e do feijão, produtos então consumidos com pouco beneficiamento e envolvendo importante papel do mercado atacadista, bem como os produtos hortícolas que, além da peculiar forma da venda em consignação, permitiam abordar os entrepostos de abastecimento.

Claro que uma seção especial teve que ser dedicada às grandes redes de supermercado como expressão do grande capital comercial. Sendo esta a parte do trabalho em que se colocava, mais claramente, a questão das margens de comercialização e suas repercussões na formação dos preços, a tese criticava o diagnóstico, ainda hoje bastante comum, que associa o número de etapas percorridas por um produto até chegar ao consumidor final e o nível de preços, como se a redução do número destas etapas resultasse em barateamento do produto final. A formação dos preços dos alimentos e sua tendência frente aos demais preços (ótica dos preços relativos) esteve sempre presente em minhas pesquisas e publicações desde então.

O terceiro capítulo da tese propôs uma teoria e política da comercialização agrícola que, como disse antes, partia do que havia sido esboçado no ensaio de 1982 como uma “visão alternativa” ao enfoque funcionalista então prevalecente, sobretudo,

na economia agrícola ou rural, buscando resgatar e incorporar num corpo teórico os elementos destacados nos dois capítulos iniciais. Chamei a atenção para o destaque conferido à comercialização agrícola que não encontrava paralelo no tratamento das atividades comerciais de outros segmentos produtivos, sendo esse destaque usualmente justificado por ser produção agrícola atomizada com oferta concentrada no tempo, requerendo uma atividade de intermediação autônoma que não apenas agregue a produção como também a transporte no tempo. Recorri a um extenso tratamento da bibliografia convencional da economia da comercialização para mostrar que este tipo de compreensão resultava no tratamento da comercialização agrícola como espaço econômico próprio, o que levou à introdução nos currículos da disciplina economia da comercialização, sub-ramo da economia rural que trata das funções da comercialização e seu desempenho eficiente, quer dizer, assegurando estabilidade na oferta e menores preços.

A abordagem sustentada na tese era de que o desenvolvimento do grande capital (industrial e comercial) e das atividades financeiras, assim como a própria capitalização da agricultura, resultaram em crescente integração técnico-produtiva e econômico-financeira entre a agricultura e as demais atividades econômicas⁸. Assim, a comercialização foi discutida no âmbito das relações agricultura-indústria no desenvolvimento capitalista, em que o capital comercial se converte em forma subordinada e as repercussões específicas sobre a comercialização agrícola podem levar à eliminação da intermediação comercial. Isso não significa ignorar a emergência de formas de grande capital comercial, como as redes de supermercados cujo papel é suficientemente considerado na tese. Outro aspecto destacado foi a natureza especulativa inerente à atividade de intermediação e a crescente influência do desenvolvimento das atividades financeiras na economia.

Retomando a crítica ao tratamento das atividades de comercialização em si mesmas ou como um campo próprio, na conceituação proposta na tese a comercialização de produtos agrícolas “... é entendida como uma atividade da esfera da circulação das mercadorias, onde se verifica a realização de uma dada produção

⁸ Cabe ressaltar a diferenciação que faço, desde então, entre as dimensões técnico-produtiva e econômico-financeira presentes nos processos de integração, diferenciação nem sempre valorizada nas análises das relações agricultura-indústria. Embora articuladas, elas não se confundem e obedecem a lógicas distintas.

agrícola, podendo envolver ou não a intermediação comercial. A forma como ela ocorre depende da organização social da produção agrícola e do desenvolvimento da concentração de capital no conjunto da economia”. A trajetória da agricultura era vista como sendo, essencialmente, determinada pelo polo hegemônico urbano-industrial, enquanto ganhavam relevância na análise questões tais como formação dos preços, geração e apropriação do excedente e estruturas de mercado em oligopólio. Em lugar das visões que privilegiavam o conflito entre a esfera da produção agrícola, tomada em bloco, e os destinatários da mesma, haveria que considerar os distintos tipos de capitais presentes na produção, comercialização e transformação dos produtos, os elos entre eles e as respectivas estruturas de mercado.

Por fim, a tese dedicou uma seção específica para analisar o papel do Estado na comercialização agrícola, focalizando a política de comercialização e a regulação de mercado assentada na política de garantia de preços mínimos e, com menor importância, a gestão de equipamentos públicos. Antecipavam-se, ali, questões que viriam a ressurgir nos trabalhos posteriores com uma perspectiva ampliada pela ótica do abastecimento alimentar e as referências da soberania e segurança alimentar e nutricional.

3. Vínculos temporários com dois temas (e núcleos) de pesquisa

Esta seção interrompe a retrospectiva do principal campo temático de minha trajetória acadêmica, porém, trata-se de interrupção necessária para fazer o devido registro de dois componentes importantes do meu ingresso na condição de pesquisador e professor da Pós-Graduação.

3.1. Estudo regional sobre formação de mercado de trabalho

Ao assumir, em 1981, o cargo de Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional (NPDR), vinculado ao Programa de Mestrado em História da UNIMEP, dei início a um breve período, que se estendeu até 1988, caracterizado por atividades de docência e pesquisa reunindo a Economia Política e a História em temas

sem conexão direta com o que constituiu meu percurso principal que desembocaria na abordagem sobre a questão alimentar envolvida nos processos de desenvolvimento⁹. De todo modo, também neste caso dediquei-me ao diálogo inter-disciplinar aprofundado quando comecei a lecionar a disciplina de História Econômica no referido programa de pós-graduação, momento em que pude retomar e aperfeiçoar o exercício de leitura de historiadores que havia feito em minha própria formação.

A junção de campos disciplinares se materializou no projeto de pesquisa “Estudo das Principais Características do Mercado de Trabalho na Região de Piracicaba”, concluído em 1984. O fato de a área de concentração do programa de pós-graduação serem História Social, tendo como eixo temático História do Trabalho, assim como a importância da matriz marxista e outras correntes do pensamento crítico na formação da equipe de pesquisa explicam a perspectiva do projeto de estudar “a realidade vivida pela classe trabalhadora da região”. O ineditismo do tema da pesquisa numa região que já contava com razoável número de estudos voltados para o setor sucroalcooleiro é outro aspecto a destacar, inclusive pelos desafios que colocou na aproximação da equipe ao objeto de estudo. Devo ressaltar, agora numa nota pessoal, ter sido este o primeiro projeto de pesquisa institucional que coordenei contando com auxílio financeiro da FINEP, tido, à época, como conquista significativa por se tratar de universidade particular, de porte médio, sem tradição de pesquisa. Foi também a primeira de várias iniciativas posteriores de engajar-me em pesquisa coletiva e multidisciplinar.

O primeiro produto do projeto foi uma publicação sistematizando os caminhos e escolhas da equipe de pesquisa em termos conceituais e analíticos, bem como apresentando os resultados da pesquisa sobre a constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho em Piracicaba¹⁰. A equipe era composta por quatro pesquisadores e quatro assistentes de pesquisa. A pesquisa envolveu consulta a fontes primárias (jornais e registros de diversos tipos), além do convencional uso de material bibliográfico e dados secundários. A equipe estava alerta quanto ao risco de se ater à visão economicista sobre o mercado de trabalho, limitada à determinação do emprego

⁹ Maluf, R. S. (1983). O Núcleo de Documentação Regional. *Revista Brasileira de História*, 3(5), p. 73 - 86.

¹⁰ Maluf, R. S. (coord.) (1984). *Aspectos da constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho em Piracicaba*. Piracicaba (SP), Editora UNIMEP, 177 p.

e dos salários, quando haveria que ter em conta as condições de trabalho e vida, a organização e mobilização dos trabalhadores, a ação do Estado, a evolução do espaço urbano e o acesso à educação, saúde e lazer, entre outros.

Assim, o processo de proletarização na região de Piracicaba em suas várias dimensões foi definido como questão central e fio condutor da abordagem, entendido o mercado de trabalho como expressão do conflito capital-trabalho. Isto é, a análise do mercado de trabalho numa sociedade capitalista englobava identificar tanto os modos como o capital procurou resolver, em cada momento, suas necessidades de força de trabalho, quanto as formas ou manifestações de como os trabalhadores enfrentaram ou se submeteram às condições de vida e de trabalho com as quais se defrontavam. Tratava-se de observar os caminhos do capital e as expressões de sujeição e insubordinação do trabalho.

Estabelecendo como recorte histórico a introdução do trabalho livre na segunda metade do século XIX, a descrição da formação econômica da região ressaltava o papel decisivo desempenhado pela instalação e evolução posterior da agroindústria canavieira, assim como a gestação de importante núcleo metal-mecânico voltado ao setor sucroalcooleiro. Concluiu-se que o processo em Piracicaba se assemelhou aos das demais regiões do interior de S. Paulo em razão das transformações provocadas pela expansão cafeeira, porém, com a particularidade de esta expansão ter se defrontado com o cultivo e beneficiamento de cana de açúcar pré-existente na região, atividade que a cafeicultura não foi capaz de desalojar e com a qual coexistiu até perder relevância. Essa coexistência, o peso das pequenas e médias propriedades rurais e a figura do “colono” foram ingredientes próprios da formação do mercado de trabalho assalariado na região.

A constituição, desde o início do século XX, de importante conjunto de atividades urbano-industriais configurava um mercado de trabalho segmentado, expressão do caráter parcial da proletarização do trabalho rural e urbano, tendo a Usina como principal ponto de contato entre as duas esferas da atividade econômica. Embora parcial, o trabalho registra mobilizações operárias já naquele período, sendo emblemáticas as manifestações em Piracicaba acompanhando as greves verificadas no país em 1917. A intensificação da proletarização no período posterior a 1930 resultou na tendência à unificação do mercado de trabalho, conformando-se, segundo a

interpretação da pesquisa, um 'exército geral de reserva' que viria a ser engrossado por fluxos de migrantes de outras regiões do país. O avanço da industrialização fez com que Piracicaba passasse da condição de segundo destino para a de primeiro destino dos trabalhadores imigrantes que lá se estabeleceram, vindos, agora diretamente, de fora do Estado de São Paulo.

A evolução do mercado de trabalho regional e da distribuição da população economicamente ativa de Piracicaba foi analisada à luz da diversificação das atividades e correspondentes alterações na estrutura do emprego no Estado de São Paulo e, particularmente, na região de Campinas onde se localiza o município de Piracicaba. Um capítulo especial é dedicado à proletarização do trabalhador rural ("do colono ao volante"), num contexto de concentração fundiária e valorização das terras impulsionadas pelo cultivo da cana de açúcar. Outro capítulo se debruça sobre a dinamização e diversificação das atividades urbanas, com um destaque especial às repercussões do PROALCOOL sobre as mesmas. O trabalho conclui identificando como núcleo dinâmico do mercado de trabalho regional o segmento capitalizado da agroindústria canavieira, a indústria metal-mecânica e uma parcela do setor de serviços. Não sem deixar de registrar um complexo formado pela permanência de significativo percentual de pequenas e médias propriedades rurais, inúmeras pequenas unidades "industriais" articuladas à grande indústria e a proliferação da prestação de serviços.

Outros trabalhos foram realizados no âmbito do NPDR relacionados à constituição do acervo documental, assim como no apoio ao desenvolvimento de dissertações de Mestrado do Programa de História. Como dito antes, minha experiência docente na pós-graduação foi ali iniciada ministrando a disciplina de História Econômica até que me desliguei da UNIMEP, em 1988, para me transferir ao CPDA/UFRRJ, no Rio de Janeiro. Com essa transferência deixei de me dedicar a estudos sobre mercado de trabalho, tema que muito recentemente voltou a entrar no foco das minhas pesquisas já agora com chave de leitura bastante distinta como se verá adiante.

3.2. Estratégias econômicas e organizativas em assentamentos de reforma agrária

No âmbito das relações que mantive com a UNICAMP no meu período de formação (Mestrado e Doutorado), tornei-me, em 1986, pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisa em Ciência e Tecnologia (NPCT/IG), sediado no Instituto de Geociências e congregando pesquisadores com distintas formações e vínculos institucionais. Nessa condição, pude participar de seminários internos de reflexão teórica, atividades de pesquisa e iniciativas de cooperação internacional.

O registro aqui se justifica devido ao projeto de pesquisa sobre os assentamentos rurais no Estado de São Paulo, desenvolvido conjuntamente com o antropólogo argentino Santiago Bilbao, também vinculado ao NPCT, e dois auxiliares de pesquisa. O projeto refletia a preocupação de avaliar estratégias alternativas para a viabilização econômica de assentamentos rurais, perspectiva que começava a ganhar vulto na academia e fora dela em face do número crescente de assentamentos criados por programas federais e estaduais. Embora carregando o rótulo da reforma agrária, esses assentamentos não iam muito além da instalação de núcleos dispersos e desarticulados de famílias rurais com condições precárias de reprodução socioeconômica. A publicação resultante da pesquisa¹¹ trazia um mapeamento amplo e perfil detalhado dos projetos de assentamentos rurais existentes no Estado de São Paulo, acompanhado de uma então inovadora proposta de indústria rural vinculada a pequenos produtores rurais. Oferecia-se um modelo de “empresa industrial, rural, associativa e integrada” como parte da estratégia de fortalecer o beneficiamento e processamento industrial da produção dos assentamentos rurais visando ampliar a agregação e apropriação de valor por parte das famílias assentadas que, deste modo, teriam melhorada sua condição socioeconômica.

Este foi meu primeiro envolvimento numa pesquisa que tinha como objeto a inserção mercantil da agricultura de base familiar, articulada coma perspectiva de agregar valor aos produtos alimentares por ela gerados, na qual muito me beneficiei da ampla experiência do colega Santiago Bilbao, idealizador do modelo organizativo

¹¹Bilbao, S. A., Maluf, R. S. (1988). *Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar*. Campinas (SP): NPCT-UNICAMP/CNPq, 129 p.

antes referido. Apesar de não seguir pesquisando, sistematicamente, sobre os assentamentos rurais e a reforma agrária, as questões relacionadas com a inserção mercantil da agricultura familiar tiveram presença recorrente nas pesquisas em que me envolvi desde então sob duas perspectivas complementares, a saber, a participação deste tipo de agricultura no abastecimento alimentar e o papel da produção agroalimentar na reprodução das famílias rurais. Não por acaso, dimensões centrais nos enfoques sobre segurança alimentar e nutricional e sobre a questão alimentar no desenvolvimento, descritos nas duas seções a seguir.

4. Chegada à segurança alimentar e nutricional

Como já mencionado, a chegada à temática da segurança alimentar e nutricional veio na continuidade da tese de doutoramento, um estudo sobre a comercialização agrícola cujo desdobramento se deu na direção de ampliar o enfoque visando retomar as preocupações anteriores com a questão mais abrangente do abastecimento alimentar. Essa ampliação do foco se caracterizou, desde então e até os dias de hoje, pelo esforço de desenvolver uma concepção sobre a problemática do abastecimento mais complexa que a mera disponibilidade de bens resultante da produção e comercialização agrícola, isto porque a localizo na intersecção entre o acesso aos alimentos e a produção e distribuição destes bens.

Participando da construção de um campo social

O contexto de meados da década de 1980 explica, em grande medida, a importância adquirida não apenas pela questão do abastecimento alimentar, mas principalmente pela problemática do acesso aos alimentos num país marcado pela fome resultante dos elevados índices de pobreza e desigualdade que caracterizou o Brasil em grande parte de sua história. A incorporação da noção de segurança alimentar e, posteriormente, da formulação mais completa como segurança alimentar e nutricional deu enorme contribuição ao esforço de abordar essas questões, ao mesmo tempo em que abriu para outras possibilidades em termos analíticos e, principalmente, de políticas públicas.

Vale dizer, essa passagem da minha trajetória não se circunscreveu ao terreno analítico, sendo antes uma das principais manifestações do entrecruzamento entre a dimensão analítico-conceitual do conhecimento, a dimensão política expressa na análise e proposição de políticas públicas e a esfera da militância social que, nesse caso, teve também um desdobramento partidário. De fato, o contexto histórico da redemocratização do Brasil está na origem da própria emergência da noção de segurança alimentar com uma concepção diferenciada da visão produtivista predominante desde a década de 1970, vindo a se inserir no debate nacional que se abria para a crítica das mazelas sociais do nosso desenvolvimento. Mais recentemente, numa análise retrospectiva voltada para difundir a experiência brasileira, desenvolvi junto com Marília Leão o argumento de que a noção de segurança alimentar e nutricional que se consagrou no Brasil resultou de um processo de construção social, por sua vez, fruto da redemocratização do país¹².

A primeira vez que trabalhei com a noção foi como integrante do grupo de pesquisadores convidados para elaborar, em 1985, o documento “Segurança alimentar – proposta de uma política contra a fome”, por solicitação da SUPLAN/Ministério da Agricultura. Observo que a incursão no tema da SAN não repercutiu no desenho e na abordagem desenvolvida na tese de doutoramento que estava em pleno desenvolvimento naquele momento. Não obstante, os ecos da ampla mobilização social contra a fome e por cidadania, a partir de 1990/1, instaram-me à dedicação mais sistemática ao tema e a contribuir no desenvolvimento, então em curso, de uma abordagem compreensiva do que seria uma política nacional de segurança alimentar e nutricional. Esse contexto e a relação que então mantinha com o Partido dos Trabalhadores levaram-me a participar como relator da proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar” (Governo Paralelo do PT, São Paulo, 1991), uma das bases da instituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em sua primeira e curta experiência (1993/94)¹³. Logo em seguida pude desenvolver melhor a

¹²Leão, M., Maluf, R. S. (2012). *A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira*. Brasília: ABRANDH/OXFAM, 72 p. (Boletim; traduções para espanhol, inglês, francês, russo e mandarim)

¹³ O ‘interregno’ representado pelo Governo Itamar Franco foi, não por acaso, o momento de criação do CONSEA, encerrado no Governo FHC e reinstituído pelo Governo Lula em 2003. Em paralelo, já como membro do recém-criado Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (1998), estive

conceituação de SAN e, em especial, a dimensão agrícola e agrária nela envolvida, em documento elaborado como trabalho de consultoria para um organismo internacional (IICA), não sem conflitar com a orientação então predominante no Governo Brasileiro, notadamente no Ministério de Agricultura¹⁴. Seguiram-se outros envolvimento com a produção de documentos, a saber, a relatoria do Relatório Nacional Brasileiro para a Cúpula Mundial da Alimentação (Itamaraty, 1996), a participação na elaboração do Projeto Fome Zero (Instituto Cidadania, São Paulo, 2002) e, já no Governo Lula com o CONSEA recriado, a participação na equipe que preparou os textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004) onde foram plasmadas as bases da conceituação de segurança alimentar e nutricional no Brasil até hoje utilizada.

Diferenciando planos de análise e intervenção

Os tempos de neoliberalismo que vigoraram em boa parte do período antes referido provocaram importantes repercussões no debate nacional de temas como auto-suficiência produtiva em alimentos, papel do comércio internacional, liberalização comercial e desregulação econômica, políticas ativas de enfrentamento da fome e pobreza, entre outros. Esta foi a principal razão para, junto com o colega Walter Bélik (UNICAMP), organizarmos uma coletânea de artigos abordando justamente as repercussões da liberalização sobre o abastecimento e a segurança alimentar com artigos tratando de questões desde o plano global até o local¹⁵. Meu capítulo na coletânea analisa o que considerei como sendo um novo contexto internacional da segurança alimentar caracterizado pela liberalização comercial e predomínio da visão de uma segurança alimentar global assentada no comércio internacional, por sua vez, fonte “não confiável” de segurança alimentar. De certo modo, ele dava continuidade a uma inquietação que já havia se manifestado ao final da graduação. Outra derivação dos debates de então foi na direção de correlacionar

envolvido em seminários e outras interlocuções com gestores estaduais e municipais interessados em implementar programas vinculados com a SAN.

¹⁴Maluf, R. S. (1994a). *Políticas de segurança alimentar – definições, determinantes e o papel do MARA*. R. Janeiro, CPDA/UFRRJ-IICA, 76 p.

¹⁵ Bélik, W. e Maluf, Renato S. (orgs.) (2000). *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas (SP), IE/UNICAMP.

segurança alimentar e nutricional com desenvolvimento econômico, abordagem que é objeto de tópico específico a seguir.

Contudo, a propensão ao olhar macro sobre questões de âmbito nacional e internacional e, ademais, centrado na ação estatal por meio de políticas públicas – propensão anterior à incursão no tema da SAN e, de fato, mantida até os dias de hoje – foi afetada ou, melhor, qualificada por um movimento na direção de incorporar questões localizadas em planos inferiores (micro, regionais, territoriais ou locais). Este movimento se verificou tanto em minhas reflexões e pesquisas, quanto na militância social, sendo que só fui me aperceber de sua extensão em anos recentes, retrospectivamente. É possível que o ambiente dos anos 1990 seja uma das explicações, quando havia limitada interlocução na esfera federal devido à orientação predominante nos Governos Collor e FHC, com a já referida exceção do Governo Itamar Franco. Ao lado disso, a redemocratização do país intensificou a proliferação de organizações não governamentais, contribuindo na formação de uma visão crítica sobre importantes características do Estado brasileiro e para a valorização das ações públicas não estatais, da participação e controle social e do desenvolvimento local.

Data desse momento o início de uma interação permanente que passei a ter com o mundo das ONG's, à semelhança de muitos colegas das universidades brasileiras, inclusive na formatação e desenvolvimento de projetos de pesquisa, capacitação e extensão. Dessa interação resultou, não por acaso, a primeira iniciativa de tratamento sistemático de questões de SAN no plano local com o projeto 'Políticas Municipais de Segurança Alimentar', desenvolvido com Christiane Costa do Instituto Pólis (São Paulo), entre 1988 e 2001. Com o objetivo de explorar as possibilidades de ações em âmbito municipal e regional relativas às principais dimensões da SAN, organizamos quatro oficinas nas quais foram apresentadas experiências governamentais e não governamentais voltadas para a produção, abastecimento, consumo e grupos populacionais específicos. As oficinas resultaram em quatro publicações da série *Polis Papers*, seguidas de um documento síntese final contendo as diretrizes e principais ações que comporiam uma Política Municipal de SAN¹⁶.

¹⁶Maluf, R. S. e Costa, C. (2001). *Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional*. S. Paulo: Instituto PÓLIS. (Série)

Assim, é clara a influência da interação com o mundo das ONG's na ampliação da minha lente de observação para processos locais e dinâmicas não governamentais. Menos evidente, porém, talvez mais substantivas foram as repercussões da leitura de autores como Albert Hirschman e, em menor grau nesse aspecto, Amartya Sen, dos quais extraí aportes conceituais e elementos de método que fundamentaram a referida revisão da minha propensão a focalizar, quase que exclusivamente, os fenômenos macro e as políticas públicas nacionais. Isto porque o reconhecimento da importância e a correspondente incorporação dos planos sub-nacionais, no tema da SAN como em outros, foi alimentada (e alimentou) pelos meus trabalhos relacionados às teorias de desenvolvimento, apresentados adiante.

Criando um núcleo de pesquisa no tema

A crescente demanda social por estudos, pesquisas e atividades de capacitação sobre SAN estimularam a decisão de criar, em Janeiro de 2003, o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN). O propósito foi de constituir um núcleo de estudos, pesquisa e capacitação voltado para congregar pesquisadores sediados no Brasil e no exterior, bem como técnicos, estudantes e outros profissionais interessados nas questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil e no mundo. Inicialmente o CERESAN estava sediado no CPDA/UFRRJ e, posteriormente, passou a contar com uma sub-sede no Departamento de Nutrição Social da Universidade Federal Fluminense (DNS/UFF). O Centro está cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, sendo liderado por mim e pela Profa. Dra. Luciene Burlandy (UFF). Para a montagem e os quatro primeiros anos de funcionamento do CERESAN contei com o apoio decisivo de uma bolsa de estudos do Programa Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ. A página na internet mantida pelo Centro (www.ufrj.br/cpda/ceresan) disponibiliza, em formato eletrônico, duas séries de publicações (Relatórios Técnicos e Textos para Discussão), bem como tem a perspectiva de vir a permitir consulta ao seu acervo especializado.

O primeiro projeto de pesquisa conduzido pelo Centro intitulava-se 'Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional: aspectos produtivos, de consumo e políticas públicas', desenvolvido com apoio do CNPq entre 2004 e 2006. Tratava-se, justamente, de dar continuidade à abordagem da SAN no

plano local, porém, ampliada pela perspectiva de aplicar nesse campo o enfoque sistêmico, acompanhando o debate em curso no país. Valendo-se de uma equipe multidisciplinar, a construção de sistemas locais de SAN foi abordada tendo em conta (a) os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos e estratégias de desenvolvimento local integrado, (b) ações na área de saúde, nutrição e educação, e (c) a institucionalidade e planejamento das políticas públicas em relação à intersectorialidade, mecanismos de controle, inclusão social e indicadores de SAN. A pesquisa baseou-se em estudos de caso nos municípios de Araçuaí (MG), Campo Alegre de Lourdes (BA) e São Francisco de Itabapoana (RJ), escolhidos por serem representativos da pobreza em regiões economicamente deprimidas, onde viriam a incidir ações do recém-lançado Programa Fome Zero do Governo Federal. Creio ser possível afirmar que o esforço conceitual realizado pela equipe de juntar duas premissas do enfoque sistêmico (fluxos de interdependência e mecanismos de coordenação) com o requisito da intersectorialidade próprio da construção brasileira da SAN, deu importante contribuição ao debate nacional que caminhou na direção de instituir um Sistema Nacional de SAN, em linha com a experiência do país na construção de sistemas de políticas públicas.

Outro desdobramento dessa pesquisa se deu na forma de atividades de capacitação e extensão no Brasil e no exterior, apoiadas num projeto de cooperação internacional denominado de *Building capacity in food security in Brazil*, em parceria com o *Centre for Food Studies*, da *Ryerson University*, sediada em Toronto (Canadá), com recursos da cooperação canadense (CIDA), no período de 2004 a 2009. O projeto visava à “formação de ativistas sociais” em alimentação e segurança nutricional, oferecendo, para tanto, cursos universitários em tópicos relevantes via internet¹⁷, desenvolvendo oficinas em três cidades selecionadas da região Nordeste do Brasil [Araçuaí (MG), Juazeiro (BA) e Fortaleza (CE)] e acompanhando projetos-piloto em segurança alimentar de âmbito local. A extensão do projeto para Angola se fez na forma da participação nos cursos a distância de técnicos de ONG’s e do governo angolano, bem como na forma de uma missão técnica naquele país. Cabe observar que o material didático preparado no âmbito do projeto serviu para uma atividade de

¹⁷Esses cursos permitiam aos alunos obter parte dos créditos requeridos para a obtenção do Certificado em Segurança Alimentar conferido pela Universidade Ryerson (Toronto).

capacitação presencial em Cabo Verde, bem como resultou na publicação de um livro com capítulos abordando os conteúdos dos módulos (Rocha *et al.*, orgs., 2013).

As relações de parceria então estabelecidas viriam a ser retomadas quando a própria cooperação Sul-Sul brasileira em SAN se tornou objeto de pesquisa do CERESAN (adiante). De fato, boa parte das pesquisas relatadas daqui por diante esteve vinculada ao CERESAN, que está em vias de criar sua terceira sub-sede no *campus* Macaé da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Um intento de sistematização e difusão

Embora os alimentos e a alimentação tenham se tornado questão permanente de pesquisa, como se verá em quase todas as seções a seguir, faz sentido concluir a apresentação da minha incursão na SAN referindo-me ao livro que escrevi com a perspectiva de oferecer um documento de referência num contexto em que se carecia de publicações reunindo a trajetória da noção, elementos conceituais, dimensões principais envolvidas e implicações de políticas públicas¹⁸. A orientação da coleção em que o livro se inseria determinou que a linguagem e o aprofundamento analítico fossem apropriados a um público juvenil ou para aqueles sem familiaridade com o tema. Embora pensado em função da utilidade de difundir o enfoque de SAN em construção no país que ganhava visibilidade, o livro não reproduzia, em absoluto, as características de um manual, tendo antes a preocupação de problematizar tanto o uso da noção em face das dinâmicas em curso no Brasil e no mundo, quanto sua apropriação pelas políticas públicas.

Não é o caso de fazer uma síntese do conteúdo do livro, porém, gostaria de ressaltar três características importantes que se expressam na divisão do conteúdo em três grandes partes. Tendo sido escrito no mesmo momento em que era elaborada e aprovada a Lei Orgânica da SAN (LOSAN, 2006), colocava-se a necessidade de, inicialmente, articular conceitualmente as três referências principais da construção brasileira que são a segurança alimentar e nutricional, o direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar. As duas primeiras tiveram uma

¹⁸ Maluf, R. S. (2007). *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 174 p. Uma versão ampliada do livro foi traduzida para o espanhol. Maluf, R. S. (2008). *Seguridad alimentaria y nutricional - un enfoque de derecho y soberanía*. Quito (Ec.): CAFOLIS, 193 p.

conceituação consagrada na LOSAN, enquanto que resistências à última fizeram com que apenas o direito a decisões soberanas fosse inscrito num dos artigos da lei. Essa articulação não era de menor importância, e segue sendo um desafio em face das visões que antepõem a segurança alimentar (em sua conceituação convencional) e a soberania alimentar, e das conhecidas dificuldades de incorporação do enfoque nos direitos humanos.

Além de a compreensão sobre a SAN desenvolvida no Brasil permitir rejeitar tal contraposição, sugeri no livro que o direito humano à alimentação e a soberania alimentar constituem princípios orientadores da formulação e implementação da política de SAN. São, portanto, noções com estatutos conceituais distintos, ficando a SAN na condição mais limitada de objetivo de política pública em relação ao qual, porém, se pode definir instrumentos e medidas de aferição. Esse tipo de articulação não está isento de controvérsia, como já pude notar em debates a respeito, porém, sigo pensando que essa é uma boa forma de entender a interação entre as três referências.

Outra característica da argumentação desenvolvida no livro é a apresentação da SAN como dizendo respeito aos alimentos (bens) e à alimentação (modo de apropriação dos bens), devendo expressar as condições alimentares e nutricionais do conjunto da população. Sendo assim, ela é inescapavelmente multidimensional, reconhecendo-se o avanço da construção que a retira do campo setorial – seja ele agrícola ou nutricional – e da condição de objeto de ações compensatórias (assistenciais, na pior acepção deste termo). Por essa razão, o miolo do livro percorre as múltiplas dimensões envolvidas na noção de SAN, da produção ao acesso e aos padrões de consumo, atravessadas por questões de gênero, étnico-raciais, culturais e ambientais.

Por fim, como um desdobramento do anterior, a última parte do livro abordava a apropriação do enfoque sistêmico na análise da SAN e, especialmente, no desenho de políticas públicas. Essa apropriação em termos analíticos já havia sido ensaiada na pesquisa da equipe do CERESAN sobre sistemas locais referida mais acima, enquanto que a perspectiva sistêmica já fazia parte da recém-aprovada LOSAN na forma do Sistema Nacional de SAN, em sintonia com a instituição de sistemas de políticas públicas característica do Estado brasileiro. Não menos importante, o enfoque

sistêmico recebia uma tradução que contemplava os requisitos da intersectorialidade e da participação social nas políticas públicas, marca distintiva da construção social brasileira da SAN.

5. A questão alimentar no desenvolvimento

A identificação de uma questão alimentar no desenvolvimento, como antecipado na introdução do memorial, é uma formulação resultante de um processo de amadurecimento sobre inquietudes, conceitos e enfoques relacionados tanto com os alimentos e a alimentação, quanto com a problemática do desenvolvimento. O intento de estabelecer a conexão entre segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento econômico se deve ao fato de os temas do desenvolvimento em geral, e do desenvolvimento econômico em particular, serem parte essencial da minha formação e trajetória acadêmica. Eles estão sempre presentes nas disciplinas que ministrei, na formulação dos objetivos de pesquisas sobre diversas questões (agricultura familiar, meio rural, questão agrária) e em textos ensaísticos. Sobre os últimos, farei referência adiante aos meus trabalhos sobre o conceito de desenvolvimento propriamente dito.

Inicialmente, a articulação entre ambas as noções assumiu a forma da inclusão da segurança alimentar entre os objetivos a serem perseguidos com base em estratégias alternativas ao padrão de desenvolvimento predominante na América Latina, daí extraíndo os requisitos em termos de políticas públicas. Sendo adepto da concepção que atribui caráter inescapavelmente normativo às abordagens sobre desenvolvimento, que traduzo na junção de dinamismo econômico com equidade social, era natural que eu buscasse incorporar as contribuições dos objetivos específicos da segurança alimentar aos fatores que concretizam a perspectiva mais geral do desenvolvimento com equidade social. Apresentada de forma preliminar em trabalho de consultoria para organismo internacional (Maluf, 1994a) e em artigo numa publicação não acadêmica (Maluf, 1994b), a correlação entre segurança alimentar e

desenvolvimento na América Latina foi apresentada, de forma mais sistemática, em artigo publicado logo em seguida (Maluf, 1995a)¹⁹.

O artigo tinha como objetivo identificar os determinantes da segurança alimentar e as implicações de torná-la um objetivo estratégico do padrão de desenvolvimento na América Latina. Suas referências foram buscadas na chamada economia do desenvolvimento conforme definida por Albert Hirschman, enquanto a segurança alimentar era abordada nas dimensões do acesso (nível de renda e preços dos alimentos), da conformação do sistema agroalimentar e do consumo de alimentos. Destaque foi conferido às limitações no acesso aos alimentos para boa parte da população devidas à pobreza e desigualdade social típica do continente, mas também às características constitutivas do sistema alimentar que participavam desse quadro, dada a importância socioeconômica do conjunto das atividades relacionadas com alimentos e alimentação. Refiro-me à estrutura agrária, às formas sociais de produção agrícola, às atividades urbano-industriais de pequeno e médio porte e à formação dos preços dos alimentos. Quanto aos requisitos de política pública, ao lado do costumeiro pleito pela recuperação da capacidade do Estado comprometida pela hegemonia neoliberal, já então se colocavam tanto a preocupação de retirar a segurança alimentar do campo das políticas compensatórias ou setoriais quanto à perspectiva de uma articulação interministerial requerida pelas múltiplas dimensões do objetivo em questão.

Data deste período uma incursão no tema do planejamento econômico como instrumento de ação estatal, derivação inevitável da minha dedicação às questões de desenvolvimento em vista de o planejamento ter ocupado lugar central em teorias e nas políticas de desenvolvimento da América Latina, com presença generalizada em quase todos os países. Neste sentido, desenvolvi uma abordagem sobre o tema planejamento, desenvolvimento e agricultura, em particular, sobre o planejamento agrícola que foi, talvez, a principal apropriação setorial desse instrumento no continente, dando origem a aparatos institucionais de porte razoável como, por

¹⁹ Maluf, R. S. (1994a). *Políticas de segurança alimentar – definições, determinantes e o papel do MARA*. R. Janeiro, CPDA/UFRRJ-IICA, 76 p. Maluf, R. S. (1994c). *Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Conjuntura Alimentos*, v. 6, p. 19 - 25. Maluf, R. S. (1995a). *Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico na América Latina: o caso do Brasil. Revista de Economia Política*, v. 15, Nº 1 (57), p. 134 - 140.

exemplo, o sistema de planejamento agrícola instituído no Brasil. O ensaio então escrito (Maluf, 1997)²⁰ recolhia as principais críticas à pretensão globalizante e determinista da experiência latino-americana – a chamada “ortodoxia latino-americana de planejamento” – e ressaltava a revisão com vistas a torná-lo um instrumento estratégico, construtor de cenários e de intervenção seletiva. Em sintonia com a abordagem na qual vinha trabalhando, cheguei à proposição de um planejamento que tivesse em conta o sistema agroalimentar, deste modo superando o recorte setorial na dimensão agrícola, ao mesmo tempo em que colocava a segurança alimentar, junto com o desenvolvimento sustentável, na condição de objetivos nucleadores de políticas de médio e longo prazo voltadas para o sistema agroalimentar. Vale dizer, tratava-se de desenhar um planejamento agroalimentar assentado em enfoque sistêmico que permitisse inserir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável – os alimentos e o meio-ambiente – no núcleo das políticas públicas.

A evolução das minhas reflexões sobre o tema – em especial, durante o primeiro programa de pós-doutoramento realizado na Universidade de Oxford (UK) em 1996/7²¹ – resultou na percepção de que era preciso avançar na compreensão de como os alimentos e a alimentação moldam e, ao mesmo tempo, são moldados pelos processos socioeconômicos e políticos, vale dizer, compreendê-los como elementos constitutivos, eles mesmos, dos processos de desenvolvimento. Isto significava ir além da mera incorporação da segurança alimentar entre os objetivos das estratégias de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que ficavam evidentes os limites analíticos da noção de segurança alimentar e nutricional. Como sugerido na seção anterior, seu estatuto conceitual é o de expressar um objetivo de política pública, portanto, uma noção adequada para a perspectiva de conciliar objetivos orientadores de opções em termos de estratégias e políticas públicas, mais especificamente, políticas que englobem as dimensões alimentar e nutricional.

Assim, a referida pretensão implicava dispor de uma categoria analítica que me permitisse superar os limites da noção de segurança alimentar, indo além da mera

²⁰Maluf, R. S. (1997). *Planejamento, Desenvolvimento e Agricultura na América Latina: um roteiro de temas*. R. Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Série CPDA Debates, N.3)

²¹ O programa foi desenvolvido junto ao *International Development Centre, Queen Elizabeth House, Oxford University*, entre Agosto de 1996 e Julho de 1997.

proposição de políticas, o que procurei fazer com a formulação de que há uma questão alimentar no desenvolvimento, argumento fundado em razões econômicas, éticas e políticas (Maluf, 1998a e 1998b)²². Com o estatuto de categoria analítica, a questão alimentar envolvida nos processos de desenvolvimento se tornou uma espécie de matriz dos meus trabalhos neste campo temático, isto é, premissa subjacente ao tratamento de vários dos elementos que a compõem ou dos fenômenos que a expressam. Em torno dela ou a partir dela se encontram as contribuições que, penso, venho dando ao conhecimento nesse campo, um processo permanente já que reconheço ser ainda insuficiente o tratamento conceitual que pude dar à questão alimentar como tal, havendo mais pontos em aberto do que achados analíticos bem estabelecidos.

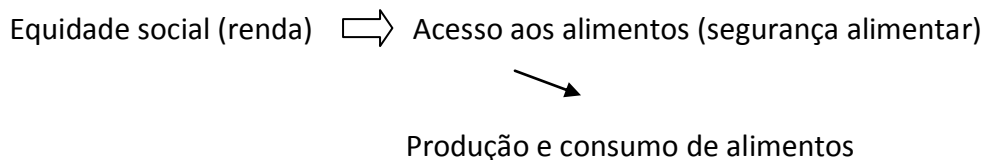
Quando primeiro formulei, o argumento foi de que há uma questão alimentar no processo de desenvolvimento econômico que não é um mero subproduto de problemas agrícolas e nem se limita às preocupações mais do que justificadas com a fome e a pobreza. A premissa assentava-se em três justificativas principais. Primeiro, estar adequadamente alimentado constitui um direito humano básico, sendo o acesso à alimentação adequada um requerimento a ser preenchido na maioria dos países do chamado Terceiro Mundo. Se formulada nos termos de hoje, a justificativa seria que o acesso à alimentação adequada constitui objetivo a ser permanentemente buscado no conjunto dos países, não apenas nos mais pobres. Segundo, o sistema alimentar desempenha papel central na conformação e desempenho das atividades econômicas, para não mencionar a importância da dimensão cultural dos alimentos. Terceiro, a questão alimentar e problemas correlatos sempre estiveram no centro das atenções das políticas públicas, mais do que isso, são base crucial da legitimação política dos Estados.

Nesta formulação, desde logo, a segurança alimentar e nutricional se converte num enfoque para abordar a questão alimentar em termos do desenho de estratégias e políticas públicas para alcançar determinados objetivos. A implicação mais importante para os meus propósitos, porém, estava em substituir a suposição

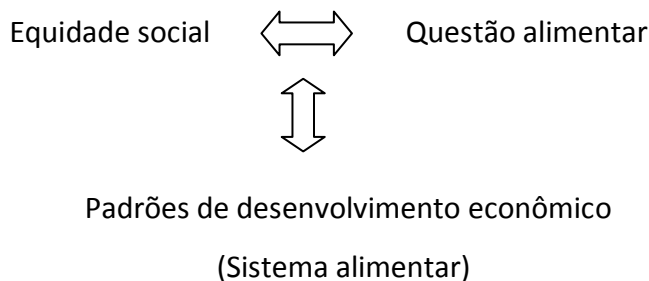
²² Maluf, R. S. (1998a). Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona (Esp.), 19p. (<http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>). Maluf, R. S. (1998b). Economic Development and the Food Question in Latin America. *Food Policy*, Oxford (UK), v. 23, p. 155 - 172.

convencional, própria dos enfoques na segurança alimentar, de que maior equidade social medida em termos do nível de renda é pré-condição para o acesso adequado aos alimentos, por uma abordagem que propõe haver uma relação de mão dupla entre a equidade social e a questão alimentar. Admitindo, como é habitual, que alterações na equidade social afetam o acesso aos alimentos, argumentei ser necessário considerar também como a questão alimentar afeta a equidade social. Essa relação de mútua determinação é moldada pelo padrão de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que ela determina algumas das características deste padrão, sendo o sistema alimentar o elemento mediador, conforme illustrei à época com os diagramas (1) e (2), a seguir:

(1) Enfoque convencional



(2) Enfoque proposto



Exemplos dessa mútua determinação são os modelos, comuns entre os países latino-americanos, que combinam iniquidade (baixos salários e elevada desigualdade social) com um sistema alimentar no qual predomina elevada concentração (econômica e fundiária) da produção e distribuição dos alimentos, concentração que, por sua vez, constitui um dos principais fatores promotores de um padrão de desenvolvimento iníquo devido ao peso socioeconômico das atividades englobadas pelo sistema alimentar. Essa combinação pode chegar ao ponto de reunir um sistema alimentar altamente produtivo e competitivo envolto num universo social de fome e pobreza, como foi o caso do Brasil. Desde outro ângulo, agora buscando extrair

proposições gerais da abordagem, aponte que ela ratificava a perspectiva de juntar crescimento econômico com crescente equidade social por razões de justiça social e de bem-estar, acrescentando que estratégias econômicas baseadas na equidade são, comprovadamente, promotoras de crescimento sustentado. O enfrentamento da questão alimentar sobressai entre os requerimentos para a equidade social, seja com vistas a enfrentar a pobreza (e, claro, a fome), seja para a construção de atividades econômicas em bases equitativas. Um padrão de desenvolvimento econômico assentado nessas bases traria consigo a ampliação do mercado doméstico e o aumento do peso econômico das atividades do sistema alimentar. Lugar de destaque nas estratégias e políticas deveria ser ocupado pelas famílias rurais, pois entre elas a pobreza é mais elevada e são elas que realizam importante atividade agroalimentar carente de promoção²³. Por fim, ressaltei que opções como esta requerem a reconstrução de mecanismos institucionais voltados para a regulação pública das atividades econômicas, fundados na interação entre Estado e sociedade, tendo a segurança alimentar entre seus objetivos.

Os desdobramentos da abordagem sobre a questão alimentar do desenvolvimento refletiam, então, a perspectiva analítica de apontar caminhos. Embora esta seja uma característica mais geral das pesquisas e reflexões que tenho empreendido, conforme sublinhei em várias passagens do memorial, dela decorre também o alcance explicativo da referida abordagem. Ainda que a abordagem tenha a pretensão de inserir os alimentos e a alimentação entre os componentes principais de reprodução das sociedades e, por consequência, de suas economias – reprodução, por definição, sob dinâmicas capitalistas – formulá-la como uma questão de desenvolvimento implica remetê-la a um campo temático com inescapável natureza normativa, conforme argumentarei adiante. Vim a reconhecer, posteriormente, que esse procedimento implica perda de fôlego analítico quanto ao lugar dos alimentos no desenvolvimento capitalista ou, mais propriamente, na reprodução do capital.

²³ Noto que após ressaltar em mais de um escrito os dois aspectos que conferem importância especial às famílias rurais (mais do que a agricultura familiar) deparei-me com a formulação de A. Sen sobre a dupla condição das famílias rurais como demandantes e ofertantes de alimentos, ou, em seus próprios termos, a produção de alimentos como fonte de renda e intitlamento (*entitlement*) dos indivíduos e fonte de oferta da mercadoria vital para a sociedade (Sen, 2000).

Esta limitação me ficou mais clara na medida em que me aprofundei no enfoque de regime alimentar (*food regime*) que pretende oferecer uma perspectiva estrutural do papel da agricultura e dos alimentos na acumulação de capital e na conformação de hegemonias, no tempo e no espaço (Friedmann, 1993; Friedman & McMichael, 1989; McMichael, 2009). Formas de acumulação de capital na agricultura, arranjos de poder global e padrões de circulação dos alimentos destacam-se entre os fatores que levam seus autores a identificar um regime alimentar ou a analisar a transição entre regimes alimentares. Desde então, recorro com frequência ao conceito de regime alimentar pelo que ele pode contribuir, inclusive, para revisar a abordagem sobre a questão alimentar no desenvolvimento nos termos em que a formulei²⁴.

De todo modo, as várias afirmações mais acima a propósito de opções de desenvolvimento levaram-me à decisão de tratar do próprio conceito de desenvolvimento, especialmente em face das ressalvas a ele feitas com a ascensão do neoliberalismo nos anos 1990, e também das restrições lançadas pelas correntes do pensamento crítico que se debruçaram sobre as experiências de desenvolvimento. O contexto de fortes críticas ao conceito e às práticas a ele associadas certamente influenciou minhas reflexões e me levaram a um esforço de tipo conceitual, conforme apresentado na seção a seguir.

6. Desenvolvimento: o conceito e a abordagem de Albert O. Hirschman

Conforme antecipado na introdução deste memorial, a problemática do desenvolvimento esteve presente desde meus primeiros passos na vida acadêmica, no início, concentrada em temas de desenvolvimento econômico²⁵ para, gradativamente, ser ampliada de modo a envolver outras dimensões até chegar ao tratamento do próprio conceito de desenvolvimento. A economia do desenvolvimento, nas vertentes que mencionarei adiante, dava conta do meu interesse principal nas dinâmicas

²⁴ Nesse sentido, tem sido importante a interlocução, mesmo que intermitente, com ambos os autores (Harriet Friedmann e Philip McMichael).

²⁵ Cabe o registro de que a primeira vez que me dediquei a preparar material didático foi, justamente, para a disciplina Desenvolvimento Econômico que lecionava no curso de graduação em Economia na UNIMEP. A primeira “apostila” – como se chamava à época – abordava a noção de desenvolvimento econômico na fisiocracia e em Adam Smith, seguida de outra reproduzindo trechos relacionados com a acumulação de capital em David Ricardo (Maluf, 1979a, 1979b).

socioeconômicas e tendências de médio e longo prazo, servindo inclusive de matriz de referência nas poucas vezes em que me envolvi com análise conjuntural de variáveis econômicas. Claro está que, ao mesmo tempo, ela me apartava da modelagem e do modo de pensar axiomático da chamada teoria do crescimento. Terminei indo mais além, encontrando suporte em autores que me auxiliaram a ultrapassar as próprias fronteiras da ciência econômica com vistas a buscar apoio em outros campos disciplinares para o tratamento das questões de desenvolvimento.

Uma breve síntese do meu percurso teórico nesse campo deve ser iniciada com a influência desde a Graduação, no início da década de 1970, do estruturalismo que emanava da CEPAL, alimentando o permanente debate de alternativas para o Brasil nas quais se buscava enxertar ingredientes latino-americanistas. A apropriação, logo em seguida, da abordagem marxista resultará na incorporação do enfoque na natureza do desenvolvimento brasileiro (e latino-americano) enquanto desenvolvimento capitalista já a partir da dissertação de Mestrado, opção reafirmada na tese de Doutorado. Foram importantes as leituras realizadas durante o programa de pós-doutoramento em Oxford (UK) na diferenciação entre processos imanentes de desenvolvimento – o desenvolvimento do capitalismo – e a “intenção de desenvolver” presente não apenas nas “doutrinas de desenvolvimento” (Cowen & Shenton, 1996), mas em toda e qualquer proposição num campo que, assim passei a conceituar, expressa sempre um desenvolvimento intencional. Sem abandonar a descrição e análise dos fatores dinâmicos, conflitos e contradições próprias do desenvolvimento do capitalismo, adotei a premissa de que o tema do desenvolvimento tem natureza inescapavelmente normativa por se desdobrar na avaliação de alternativas em relação a uma condição desejada, a um dever ser.

Essa premissa foi mais bem desenvolvida com a incursão, naquele mesmo momento, na abordagem de Albert Hirschman, à qual viria se somar a de Amartya Sen. Mais do que isso, creio ter aprendido com Hirschman (1981) a lidar com o trânsito entre “o sermão e a demonstração”, em ambas as direções, porém, sem descuidar do necessário raciocínio analítico, e reconhecendo também a “tensão duradoura entre moralidade e as Ciências Sociais”. Não escamotear a premissa da natureza normativa do tema me permitiu, de um lado, evitar e mesmo desvelar os subterfúgios dos que pretendem fazer ‘ciência objetiva’ neste campo temático e, de outro lado, diferenciar-

me daqueles que fazem dessa característica o centro de críticas radicais à noção de desenvolvimento, confundindo-a com alguma das propostas costumeiramente associadas a ela.

Não é o caso de retomar os usos da noção de desenvolvimento nos meus trabalhos acadêmicos, suficientemente ressaltados nas seções anteriores. Irei me concentrar em dois artigos ensaísticos, o primeiro sobre o conceito de desenvolvimento e o segundo sobre a abordagem de Hirschman.

Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento

A decisão de enfrentar o conceito de desenvolvimento, em meados da década de 1990, durante o programa de pós-doutoramento em Oxford (UK), se deu num contexto de intensa crítica da noção, seja pelo neoliberalismo então predominante entre nós (em boa parte do mundo) que considerava o debate a respeito quase como um anacronismo, seja pela proliferação de críticas às experiências de desenvolvimento, algumas delas chegando a propor o abandono da noção. Daí o artigo a respeito que vim a publicar²⁶ iniciar antecipando, desde logo, a intenção de desenvolver um argumento em favor da noção de desenvolvimento, não sem reconhecer que isso implicava atribuir um (ou mais de um) sentido a ela, como anunciado já no título. Um segundo aspecto fundamental daquele contexto foi o crescente reconhecimento e valorização da ideia de diversidade e suas manifestações nos mais diversos campos, a ponto de o ensaio constatar, de saída, que a diversidade constituía a noção mais pervasiva nas críticas ao desenvolvimento, porém, buscando incorporar as possibilidades que ela oferece em termos conceituais e para a definição de estratégias de desenvolvimento.

O ensaio pretendeu sugerir uma compreensão sobre o desenvolvimento econômico, que considera as principais ressalvas à teoria e à prática do desenvolvimento, torna-o indissociável da obtenção de crescente equidade social não mais como subproduto dos efeitos de espraiamento do crescimento (*trickle-down effect of growth*) e lança pontes para o lugar central ocupado pela questão alimentar.

²⁶ Maluf, R. S. (2000a). Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 15, p. 53 - 86. Uma versão modificada do ensaio foi publicada em francês. Maluf, R. S. (2001a) Attribuer un sens à la notion de développement économique. *Economies et Sociétés*, v. XXXV-F, p. 1561 - 1587.

Algumas indicações preliminares sobre a pretendida separação entre eficiência econômica e equidade social são também feitas, questão que viria a ser tratada em suas manifestações na produção de alimentos pela agricultura familiar.

As esperanças e frustrações com o desenvolvimento latino-americano são parte essencial nessa reflexão, dada a longa vivência dos países daquele que veio a ser conhecido como o continente da desigualdade com performance no mínimo pífia, quando não perversa, no quesito dinamismo econômico com equidade social. O artigo registra as muitas conquistas econômicas e sociais da maioria dos países da América Latina, porém, com as devidas ressalvas às promessas da industrialização e ao projeto de modernização que ela era portadora – a ilusão desenvolvimentista, como definiu Giovanni Arrighi. Procurou se diferenciar, também, da costumeira suposição de que são necessárias rupturas, mais ou menos radicais, para que se materializem tais promessas oferecidas pelo receituário econômico, como se fosse possível separar objetivos (econômicos ou não) a serem alcançados dos processos em que eles são engendrados. Com relação à crítica pós-moderna e ao pós-modernismo, buscou recolher alguns dos seus elementos, em especial o que remete à dimensão de poder das experiências de desenvolvimento, porém, trabalhando distintamente as relações entre desenvolvimento, modernidade e modernização. Reconhecer o chamado “darwinismo social” embutido na noção, o peso da ideia de progresso e o componente de tutela dos projetos de desenvolvimento não impedia a busca por atribuir sentido ao desenvolvimento, inextricavelmente ligado à experiência moderna, sem com isso se filiar a um determinado projeto de modernização.

Assim, o intento de conceituar o desenvolvimento feito no artigo assume a perspectiva normativa, mas evita determinismos, entende o conceito como incompleto por definição conforme formulação de Amartya Sen, e admite soluções abertas como horizonte. Acompanha Hirschman quando sustenta que os processos de desenvolvimento podem seguir “sequências invertidas”, são plenos de consequências não intencionais da ação humana e, se espera, carregam as incertezas próprias das sociedades pluralistas. A cautela em face das muitas e pertinentes críticas, bem como as premissas antes mencionadas, resultaram em atribuir um significado à noção de desenvolvimento que se atém ao sentido literal do termo e às duas idéias principais nele contidas, que são as de melhoria e de processo. Daí deriva o sentido a ser

atribuído ao desenvolvimento econômico e a proposta de defini-lo como *o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo*. O artigo trata de vários aspectos que ficam em aberto ou são induzidos por essa definição.

Por fim, o artigo retoma um dos seus pontos de partida ao buscar correlacionar desenvolvimento, diversidade e desigualdade. Sugere que a noção de diversidade em si mesma e em relação à de desigualdade comporta ao menos dois significados, um quantitativo presente na comparação entre “os que têm mais” e os “que têm menos” que embasa a expectativa de convergência ou de emparelhamento (*catching up*), e outro qualitativo que valoriza a ideia de “ser diferente” em lugar do “ter menos” ou da “insuficiência”. Este último remete a quatro fatores de diversidade (cultural, institucional, humana e natural), de modo que as noções de equidade social e de desenvolvimento econômico como melhoria da qualidade de vida devem reconhecer e respeitar as várias manifestações de diversidade. Neste ponto, é feito um reconhecimento à crucial contribuição de Sen ao introduzir a diversidade humana na noção de equidade social e, portanto, na definição das estratégias e instrumentos para buscá-la, ressaltando a importância de preservar o conceito de desenvolvimento social não plenamente intercambiável pelo de desenvolvimento humano. Nesta mesma linha, reconhecer a diversidade não implica desconhecer que fenômenos sociais como a pobreza (e a fome) têm origem em fatores determinantes mais gerais (e universais) intrínsecos ao desenvolvimento capitalista ou que podem ser agravados conforme o padrão de desenvolvimento econômico.

Hirschman e a dessacralização da epopeia do desenvolvimento

O segundo ensaio²⁷ resultou de um longo trabalho de compilação, leitura e reflexão sobre a obra de Albert Otto Hirschman, obra à qual continuo me dedicando na docência e em escritos variados. O ensaio começou a ser pensado, de fato, no mesmo período em que escrevi o anterior que acabo de mencionar²⁸, porém, tardei a

²⁷ Maluf, R. S. (2015). Hirschman e a dessacralização da epopéia do desenvolvimento por um desenvolvimentista. *Revista de Economia Política*, 35 (1-138), pp. 43-63.

²⁸ Cheguei a apresentar um primeiro esboço em seminário do grupo de estudos sobre o Brasil, sediado na EHESS (Paris), em 1996.

considerá-lo em condições de publicação e a desvinculá-lo de um não realizado projeto editorial sobre a obra do autor. Claro que esses anos todos me permitiram amadurecer a compreensão sobre a abordagem de Hirschman, com o auxílio de um crescente número de comentaristas de sua obra e das discussões em sala de aula e em eventos em que fui palestrante. Trata-se, como se sabe, de um autor profícuo, com um pensamento tido como “polifônico” (McPherson, 1988) e que, ademais, cultivava “a arte de ultrapassar fronteiras”, sobretudo, as disciplinares. Não é nada óbvio caracterizar a abordagem de um autor com essas características. Em suas próprias palavras, a busca de ‘racionalidades ocultas’ é que confere uma unidade subjacente à sua obra (Hirschman, 1992), isto é, buscar a ‘racionalidade oculta’ dos caminhos pouco familiares seguidos na solução de problemas sob certas circunstâncias, um exercício, sem dúvida, inusitado da sua própria abordagem ‘possibilista’.

O atraso em sua publicação fez com que o ensaio aparecesse nestes tempos em que retorna o debate sobre desenvolvimento na agenda pública, acompanhado dos costumeiros projetos grandiosos e das narrativas antecipatórias de futuros luminosos. Bem distinta é minha leitura da abordagem de um dos “pioneiros do desenvolvimento” que, ao valorizar os processos em curso, as soluções abertas e o papel do aprendizado social, ‘enxerga’ desenvolvimento em lugares não convencionais ou pouco prestigiados, com base em métodos diferenciados face às teorias consagradas. Daí a interpretação de que a epopeia do desenvolvimento se dessacraliza na obra deste desenvolvimentista, como expresso na composição aparentemente paradoxal escolhida como título do ensaio. Hirschman também me ajuda pelo profundo conhecimento da América Latina, do Brasil em particular, e por meio de contribuições metodológicas e analíticas para as pesquisas que desenvolvi sobre a questão alimentar nos processos de desenvolvimento.

Penso ser suficiente mencionar, aqui, os quatro grandes temas tratados no ensaio cuja natureza tornaria demasiado extensa a reprodução do seu conteúdo. O texto começa apresentando o que entendo como a “resposta possibilista” elaborada por Hirschman às desigualdades e iniquidades inerentes aos processos de desenvolvimento. Em seguida, ressalta as racionalidades ocultas das mudanças sociais e o desmonte feito pelo autor do mito do desenvolvimento equilibrado. Por fim, aborda um bloco de questões sobre o papel atribuído ao aprendizado, a premissa das

soluções abertas e as modestas expectativas de Hirschman quanto às possibilidades prescritivas da teoria econômica. Vale, porém, retomar as observações finais do ensaio, o que faço a seguir.

A abordagem “prolixa e polifônica” de Hirschman constitui importante contribuição sobre as dimensões econômicas, sociais e políticas envolvidas no desafio de associar desenvolvimento econômico com maior equidade e bem-estar social. Recorrendo às categorias do autor, essa associação envolve tarefas antagônicas e conflitos inerentes às mudanças sociais, requerendo o exercício de uma “economia com política” (*economics-cum-politics*) que, por sua vez, acarreta implicações quanto ao papel do Estado. No ensaio, alimento a expectativa de que o contexto atual de muitos países da América Latina, em particular o Brasil, justificaria explorar a hipótese de a iniquidade social ter adquirido o estatuto de fonte geradora de “pressões hirshmanianas”. Essa é uma expressão cunhada por comentaristas face à percepção de Hirschman de que as situações ideais seriam aquelas nas quais pessoas boas estão rodeadas por pressões boas, dando origem a processos virtuosos (Hirschman, 1963).

Tendo caracterizado a economia do desenvolvimento como uma disciplina voltada para a ação, um economista “politicamente orientado”, segundo Hirschman, deve atentar para as dimensões ou os efeitos colaterais políticos dos fenômenos econômicos com os quais está diretamente envolvido. A história latino-americana lhe forneceu exemplos dos limites da economia do desenvolvimento (da ciência econômica) em lidar com os interesses e paixões mobilizadas por esses processos. O enfoque do ‘possibilismo’, lente através da qual acompanhou as experiências de desenvolvimento nesta região e alhures, pressupõe a já referida interação entre economia e política que, por seu turno, segue um padrão de ‘conexão intermitente’ (*on-and-off connection*), alternando situações de interdependência e de autonomia entre ambas, fazendo com que a conexão entre o progresso político e o econômico não seja em nenhum modo fácil, direto e funcional (Hirschman, 1995, p. 229).

Além de ressaltar as tarefas antagônicas associadas à distribuição da renda e da riqueza, o autor valoriza as situações concretas de iniquidade e as manifestações dos efeitos políticos colaterais dos processos econômicos num plano mais localizado, ainda que seu enfrentamento possa requerer iniciativas com caráter distributivo que quase sempre ultrapassam a competência local. Esse é o caso dos projetos de

desenvolvimento que, segundo Hirschman, podem ser obrigados a incorporar preocupações em planos muito distintos e problemáticos em relação aos seus objetivos originais estritos, levando-o a fazer a diferenciação entre projetos de desenvolvimento com capacidade de transformar as estruturas sociais e culturais em que são implementados (*trait-making projects*), e aqueles que se ajustam a uma dada estrutura (*trait-tacking projects*) (Hirschman, 1967).

Por fim, o ensaio ressalta que, para Hirschman, o aprendizado e a mudança social se realizam num ambiente de disjunções e conflitos (construtivos ou destrutivos) dos quais resulta a própria coesão social ou sua desagregação²⁹ (Hirschman, 1995, p. 231). A distribuição do produto social integra os conflitos do tipo “divisível” que dá origem à “arte da barganha” e ao estabelecimento de compromissos. Conflitos frequentes e soluções de compromisso raramente definitivas resultam no “modo desajeitado ou embaralhado” (*the muddling-through mode*) de resolução dos conflitos das sociedades de mercado pluralistas ou democráticas. “Ser amistoso com a democracia” e “concordar em discordar” se convertem em componentes de um princípio político mais geral, que reintroduz nos processos sociais e econômicos o elemento de incerteza próprio da vivência democrática (Hirschman, 1992, p. 140), outra e essencial razão para adotar o suposto das soluções abertas. A inspiração pragmática de um ativista que não teme abarcar a complexidade do mundo real, em especial, nas relações entre democracia e economia, confirmam a feliz caracterização da obra de Hirschman como uma “investigação inconclusa” (Frobert e Ferraton, 2003), embora preche de ensinamentos, na contramão de um tipo de modelística sempre em voga nas teorias e políticas de desenvolvimento.

7. Agricultura familiar, mercados e a questão alimentar

Posso dizer que explorar os nexos entre a agricultura familiar e os mercados desde a ótica dos alimentos constitui uma vertente natural nas minhas pesquisas e reflexões. Vimos que o estudo da comercialização agrícola me conduziu à problemática do abastecimento alimentar, ao passo que as questões de soberania e segurança

²⁹ Em lugar da noção marxista de contradições nãoantagônicas e antagônicas associadas à revolução social.

alimentar e nutricional evoluíram para a abordagem da questão alimentar no desenvolvimento, sempre ressaltando o papel da agricultura familiar enquanto categoria sociopolítica e tipo de agricultura. A combinação da abordagem sobre estratégias de desenvolvimento com a exploração das possibilidades de uma agricultura de base familiar diversificada como fonte de alimentação adequada e saudável é o pano de fundo do que produzi (e sigo produzindo) sobre a inserção mercantil da agricultura familiar.

Uma etapa dessa trajetória foi composta de trabalhos que refletiam a importância adquirida pelo estudo das cadeias agroindustriais e agroalimentares, seja para identificar a forte indução técnico-produtiva “de fora para dentro” sobre os rumos da produção agrícola de pequenos e médios produtores (ainda não caracterizados como agricultura familiar, categoria então em construção no país), seja para avaliar as perspectivas econômicas colocadas por esse tipo de inserção mercantil. As cadeias agroalimentares e o papel das redes de supermercado foram objeto de seções específicas já na tese de doutorado e estiveram presentes em vários outros trabalhos, dois deles destacados a seguir. O primeiro consistiu de um estudo, propriamente, de cadeias agroindustriais no âmbito do Mercosul (Maluf, 1993)³⁰, parte de um projeto mais amplo que visava captar o extravasamento das fronteiras nacionais pelas estratégias agroindustriais no interior do bloco em construção, num contexto de liberalização comercial e ajuste estrutural, com uma abordagem que ia além dos encadeamentos técnico-produtivos para incorporar os atores sociais envolvidos (Delgado *et al*, 1992, 1994a, 1994b, 1996)³¹.

O segundo trabalho se inseria na discussão do enfoque nas “economias de rede”, com atenção especial para as redes de distribuição (supermercados) já em plena consolidação do papel determinante que viriam a desempenhar nas cadeias agroindustriais e agroalimentares. Junto com o colega John Wilkinson organizei um seminário com convidados nacionais e internacionais para debater a reestruturação das cadeias agroindustriais à luz desse enfoque, do qual resultou a publicação de uma

³⁰Maluf, R. S. (1993). O Projeto Mercosul e as cadeias agroindustriais In: DESEP/INCA. *Mercosul - Integração na América Latina e Relações com a Comunidade Européia*. S. Paulo: Ed CAJA, p. 109-157.

³¹Delgado, N., Lavinhas, L., Maluf, R. S., Romano, J. (1996). *Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul*. R. Janeiro : Forense Universitária/Editora Universidade Rural, 185 p.

coletânea (Maluf, R. S. e Wilkinson, J. (orgs.), 1999)³². Minha contribuição específica foi extrair implicações da inclusão do enfoque da segurança alimentar na análise do papel das redes de distribuição considerando as circunstâncias próprias de sociedades com elevada desigualdade social como o Brasil, característica que repercute no acesso aos alimentos e também na esfera da produção, ao que se soma a também elevada diferenciação regional (Maluf, 1999).

As características da inserção mercantil da agricultura familiar e os nexos com a questão alimentar foram objeto específico de artigo posterior (Maluf, 2004)³³, fruto de duas insatisfações. Uma delas com o enfoque convencional de capacitar os agricultores para “acessar mercados” como estratégia de ascensão econômica da agricultura familiar, alimentado pela economia padrão e amplamente difundido quase como uma obviedade. O suposto implícito deste enfoque é que há mercados anônimos e disponíveis para serem acessados pelos que forem suficientemente eficientes para tanto. Ao contrário, com o artigo pretendi me apropriar do enfoque mais adequado na “construção social dos mercados”, recolhendo contribuições aportadas pela Sociologia Econômica e também nos escritos de Hirschman sobre a natureza dos mercados e da interação entre os que deles participam.

A outra insatisfação dizia respeito à perspectiva de fazer os agricultores “avançarem nas cadeias de valor” por meio da agregação de valor (processamento) aos produtos agrícolas. Neste caso, mesmo sem discordar da perspectiva da agregação de valor, pretendi evitar o risco que incorrem as análises de cadeias de “fatiar” unidades familiares que costumeiramente englobam várias atividades que compartilham recursos comuns. Além disso, e como decorrência dessa mesma característica, quis mostrar que os elos mantidos pela agricultura familiar com os mercados são múltiplos, distintos e simultâneos, de modo que as opções entre os múltiplos elos ou a maneira de combiná-los segundo a estratégia mercantil adotada implicam trocas no âmbito da unidade familiar em termos da utilização dos recursos e da mão de obra familiar. Essa abordagem tomou a forma de um diagrama (Anexo), mostrando a coexistência de dois canais por onde fluem os produtos alimentares

³²Maluf, R. S. e Wilkinson, J. (orgs.). (1999). *Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa*. R. Janeiro: MAUAD Editorial, 198 p.

³³ Maluf, R. S. (2004). Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v. 25, p. 299 - 322.

oriundos da agricultura familiar, a saber, as cadeias integradas nacional e internacionalmente e os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos. No artigo identifiquei os produtos típicos de cada canal, porém, alerto que há produtos agroalimentares que circulam em ambos (embora com diferenças no grau de elaboração), assim como há interconexões entre os canais, principalmente na etapa da distribuição onde há agentes com capacidade de centralizar fluxos de produtos bastante distintos (como os supermercados). Note-se que a abordagem incorporou a espacialidade das relações mercantis e, deste modo, remeteu à questão da (re)aproximação entre produção e consumo possível pela valorização dos circuitos regionais e a possibilidade que isso oferece para promover um modelo de agricultura familiar diversificada mais propensa a refletir hábitos culturais e a biodiversidade, fundamentos de uma alimentação adequada e saudável³⁴.

Por fim, ainda com relação à inserção da agricultura familiar nos mercados alimentares, cabe uma referência ao chamado mercado institucional, assim denominado para fazer referência às compras de alimentos realizadas pelos governos em programas e ações públicas de abastecimento. Como se sabe, esse instrumento ganhou muita notoriedade no Brasil, com repercussão em âmbito internacional, a partir da grande inovação que foi a instituição, em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) no âmbito da formulação, igualmente nova, de um Plano de Safra da Agricultura Familiar diferenciado dos planos de safra anualmente lançados pelo Governo Federal. Essa inovação ganhou em amplitude e adquiriu novos significados quando ela repercutiu na reformulação, em 2009, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a incorporação da obrigatoriedade de aquisição de um percentual mínimo (30%) de alimentos diretamente da agricultura familiar local ou regional.

Aqui, minha principal contribuição específica foi de outra natureza, tendo se dado na forma de conselheiro do CONSEA onde a proposta do PAA foi gestada e, posteriormente, participando das discussões sobre a nova regulamentação do PNAE e acompanhando a tramitação congressional do projeto de lei correspondente na

³⁴Em artigo a convite do IBGE, pude retomar a antiga relação com o tema da comercialização agrícola, agora acrescida das questões colocadas pela ótica alimentar, sugerindo que os Censos Agropecuários buscassem ampliar o indicador de modo a contemplar os destinos e finalidades da produção agropecuária (Maluf, 2014b).

condição de Presidente do CONSEA. De fato, pesquisas específicas (estudos de caso e outros) sobre a trajetória seguida na implementação de ambos os programas não fizeram parte de minha produção acadêmica, com a exceção de textos breves ou boletins³⁵. Contudo, é claro que considerações sobre o PAA e o PNAE, seus méritos, principais limitações e desafios, têm presença obrigatória nas análises que faço de políticas públicas de SAN, bem como em participações em congressos e seminários.

8. Para além da produção: a multifuncionalidade da agricultura familiar

Assim como o primeiro programa de pós-doutoramento em Oxford (UK) representou um marco na minha trajetória intelectual em temas relativos à problemática do desenvolvimento, o segundo programa de pós-doutoramento realizado, em 2000/1, junto à *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS, Paris)³⁶ inaugurou um novo campo de reflexão em questões relacionadas à agricultura familiar e território. Mais do que a experiência na Inglaterra, que teve desdobramentos posteriores apenas pontuais, a cooperação com colegas e instituições francesas já ocorria em contatos ocasionais e atividades anteriores ao pós-doutoramento, tendo se convertido a partir daí em intercâmbio regular, notadamente com colegas do INRA e CIRAD, além da própria EHESS, persistindo até os dias de hoje.

A segurança alimentar nas negociações comerciais internacionais foi o tema das minhas interlocuções individuais prévias³⁷, porém, a ampla cooperação envolvendo colegas brasileiros e franceses da qual fiz parte em torno do intento de apropriação da noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA), em plena ascensão na Europa e, particularmente, na França, com vistas a sua aplicação no Brasil. A noção pretendia, em síntese, jogar luz sobre os múltiplos papéis – ‘funções’, na linguagem da política pública – desempenhados pela agricultura além da sua “função primeira” de produzir

³⁵ A publicação mais recente nesse tópico foi: Schmitt, C., Maluf, R. and Bélik, W. Family farming, institutional markets and innovations in public policies: food and nutritional security as a driver for governmental intervention. In: Hebick, P. et al. (eds.) (2015), *Rural development and the construction of new markets*. Abingdon/New York, Routledge, p. 61-78.

³⁶ O vínculo específico do programa foi com o *Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain* (CRBC/EHESS), entre Outubro de 2000 e Junho de 2001.

³⁷ Projeto "Análise da introdução de cláusulas ambientais na regulação internacional (cooperação e comércio internacional)" (Acordo CAPES-COFECUB, Projeto 276/99-II), 1999-2000.

alimentos e fibras. Registre-se que esse não foi um movimento sem alguma tensão com crenças estabelecidas na academia e no debate político, haja vista que a noção de MFA, neste aspecto análoga à de SAN, teve um desenvolvimento conceitual paralelo e interligado com sua adoção em políticas públicas domésticas e em negociações comerciais internacionais. Em tempos de neoliberalismo, identificar e pretender proteger tais funções, como o faziam a Europa, o Japão e alguns outros países, foi e continua sendo entendido como protecionismo e, portanto, barreira à pretensão de promover o livre-comércio entre as nações.

No que me diz respeito, identifico uma linha de continuidade no fato de a ótica do desenvolvimento centrada em dinâmicas e processos de médio e longo prazo, quando aplicada ao meio rural e à agricultura familiar, desembocar na apropriação do enfoque na MFA. Correndo o risco de excesso de visão esquemática, diria que a explicação se encontra no fato de esse enfoque, de algum modo, corresponder ao tipo de aproximação “de fora para dentro das unidades produtivas” que sempre tive em relação à agricultura e sua inserção nos processos de desenvolvimento e na própria questão alimentar. Não por acaso, minha entrada nas categorias que então emergiam como novos olhares sobre a agricultura familiar não se deu pela pluriatividade que, mirando “de dentro para fora”, estava voltada para as formas de reprodução das famílias rurais e suas repercussões em diversos planos (socioeconômico, ambiental e cultural). Não obstante, esclareço que há uma importante e indispensável interface analítica entre ambas as categorias. Adiante veremos que a tradução que fizemos desse enfoque para a realidade brasileira levou-nos a associar a MFA com a agricultura familiar, seguindo a diferenciação brasileira de tipos de agricultura, para em seguida estabelecer conexões entre este enfoque com territórios e desenvolvimento territorial.

No retorno ao Brasil, coordenei a criação de uma rede de pesquisa inter-institucional, pioneira no país na adoção da MFA como tema de pesquisa, congregando colegas com distintas formações do próprio CPDA, da UFRGS, UFSC, Embrapa, UFPA e UFCG, em permanente interlocução com colegas franceses do INRA, CIRAD e CRBC/EHESS. Essa parceria contou com o apoio de um projeto de cooperação no

âmbito do Acordo Capes-Cofecub³⁸, também por mim coordenado. A rede foi, originalmente, registrada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq com a denominação de "Multifuncionalidade da agricultura", tendo a mim como líder, denominação alterada posteriormente como se verá. Apresento a seguir uma síntese das principais atividades e produtos dessa rede.

O primeiro projeto de pesquisada rede intitulou-se "Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras" (Projeto CNPq/COAGR 520.755/2001-04), desenvolvido em 2002/3. Seu objetivo geral era explorar as possibilidades oferecidas pela noção de MFA em face das peculiaridades da realidade rural brasileira, com vistas a definir um referencial comum em torno desta noção e a apontar seus desdobramentos para a formulação de políticas públicas de promoção das unidades familiares rurais e do desenvolvimento rural sustentável. A unidade de observação foi formada por famílias rurais em comunidades localizadas em diferentes regiões brasileiras, permitindo contemplar alguma diversidade regional e também aprofundar a análise de questões de interesse acadêmico de pesquisadores com formações diversas, deste modo abrangendo os vários aspectos envolvidos na promoção de uma agricultura multifuncional de base familiar.

Chamo a atenção para duas assertivas que resultaram das reflexões do grupo e orientaram as pesquisas de campo. Por um lado, a possibilidade de a atividade agrícola associar-se ao cumprimento das múltiplas funções ressaltadas pela noção de MFA restringia-se à agricultura de base familiar. Por outro lado, quando aplicada à realidade brasileira, a noção de MFA permite identificar quatro funções associadas à atividade agrícola realizada pela agricultura familiar, a saber: a) reprodução socioeconômica das famílias; b) promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. O principal produto coletivo deste primeiro esforço foi a publicação de uma coletânea com artigos apresentando o marco analítico da pesquisa

³⁸ Projeto "A noção de multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: a experiência francesa e o caso do Brasil" (Acordo CAPES-COFECUB, Projeto 395/02), 2002-2005.

e os estudos de caso realizados (Maluf e Carneiro, 2003)³⁹, ao que se somaram vários artigos publicados no Brasil e na França.

A esta pesquisa seguiu-se um projeto franco-brasileiro intitulado *“Multifonctionnalité de l'agriculture. Construction d'une démarche d'analyse au niveau local à partir d'un dispositif comparative en France et au Brésil”*, coordenado por Bernard Roux (INRA), Philippe Bonnal (CIRAD) e por mim, entre 2003 e 2005⁴⁰. Como desdobramento da pesquisa anterior, este projeto ampliou o olhar para o plano dos atores sociais e espaços locais com o objetivo de verificar como se dá o reconhecimento da noção de MFA no nível local em sua diversidade, tendo em conta as relações de força entre os atores e particularidades institucionais, regionais e históricas. Interessavam-nos, portanto, os pontos de vistas dos atores coletivos ou individuais, o funcionamento dos espaços de concertação e as práticas de gestão no âmbito local. Foram realizados estudos de caso em seis estados brasileiros (SC, SP, RJ, PI, TO e PB) e em três regiões francesas. Além dos relatórios de pesquisa requeridos pelas instituições francesas, o projeto deu origem a artigos publicados pelos membros da equipe.

O terceiro projeto de pesquisa desenvolvido por essa rede intitulou-se “Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil”, por mim coordenado, contando com financiamento do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, no período 2006 a 2008. Pode-se afirmar que a evolução das pesquisas e reflexões do grupo sobre a noção de MFA levou, naturalmente, à necessidade de incorporar o enfoque territorial, dado serem constitutivas da própria noção de MFA as relações mantidas pelas famílias rurais com os territórios onde se localizam, isto é, as famílias rurais são consideradas como produtoras agrícolas e gestoras do território. A própria denominação do grupo no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq passou a ser “Multifuncionalidade da agricultura e território” cuja liderança passei a compartilhar com o colega Ademir Cazella (UFSC).

³⁹Maluf, R. S. e Carneiro, M. J. T. (orgs.) (2003). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. R. Janeiro: Mauad, 230 p.

⁴⁰Projeto aprovado no Appel d'Offre INRA/CEMAGREF/CIRAD « Recherches et expertises sur la multifonctionnalité de l'agriculture et des espaces ruraux », 2002.

Nesses termos, a pesquisa teve como objetivos (a) avaliar as possibilidades oferecidas pelo recorte territorial para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da agricultura familiar e para o desenvolvimento territorial no Brasil, (b) verificar a contribuição da agricultura familiar, a partir do enfoque da MFA, para o desenvolvimento territorial, (c) investigar o processo de construção de territórios em oito áreas escolhidas (AC, PB, ES, MG, RJ, SC e RS), identificando atores, interesses comuns e conflitantes e espaços de negociação e (d) analisar, à luz do enfoque da MFA, três programas públicos de promoção da agricultura familiar e de desenvolvimento territorial (PRONAF, PROAMBIENTE e PNRA). O principal produto coletivo da pesquisa foi a publicação de uma coletânea com capítulos apresentando o marco analítico da pesquisa e os estudos de caso (Cazella, Bonnal e Maluf (orgs.), 2009)⁴¹, além de vários artigos.

Por várias razões, a rede de pesquisa sobre a MFA deixou de ser ativa com a conclusão desse projeto e respectiva publicação, porém, mantiveram-se outras formas de cooperação entre seus integrantes brasileiros e também com os colegas franceses.

9. Incursões nos campos do desenvolvimento sustentável e das mudanças climáticas

Optei por fazer um registro em separado de dois projetos nos quais estive envolvido, incluindo tarefas de coordenação, devido a que eles tratam de temas sobre os quais não tive dedicação sistemática para além esses próprios projetos, a saber, desenvolvimento sustentável (e desenvolvimento territorial sustentável) e mudanças climáticas. Início pelo primeiro que, de certa forma, ecoa os trabalhos antes mencionados sobre a noção de MFA, visto que implicou mobilizar integrantes daquela rede. Tratou-se de um projeto internacional intitulado « PROPOCID - *La production des politiques de développement rural durable dans leurs contextes - constructions de compromis institutionnels et ajustements temporels entre le global et le local* »,

⁴¹Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (orgs) (2009). *Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. R. Janeiro: Mauad X, 301 p.

apoiado com recurso francês, que vigorou de 2007 a 2010⁴². A pesquisa partiu da constatação de que as questões globais destacadas pela emergência da sustentabilidade na arena internacional se expressam de modo específico no nível nacional, daí o objetivo de realizar uma análise comparada de políticas públicas em seis contextos nacionais (Brasil, França, Mali, Madagascar, México e Indonésia) com vistas a identificar as modalidades pelas quais as políticas de desenvolvimento rural sustentável são integradas, negociadas e implementadas nos níveis pertinentes de produção de políticas públicas (internacional, nacional, regional e local). Junto com o colega Philippe Bonnal (CIRAD e coordenador geral do projeto), participei do desenvolvimento da pesquisa no Brasil, incluindo o acompanhamento dos estudos de caso, bem como da elaboração dos relatórios respectivos.

Já o projeto sobre mudanças climáticas guardava pouca relação com atividades anteriores, exceto pelos aportes provenientes das reflexões e experiência de pesquisa acumuladas em temas correlatos. De fato, a intenção foi adentrar um tema que ganhava destaque crescente nos debates de que eu participava sobre as perspectivas da SAN, mas também sobre agricultura familiar e territórios rurais⁴³. Em vista do lugar secundário até então ocupado pelas ações de adaptação às mudanças climáticas, em face das voltadas à mitigação da emissão de gases efeito-estufa, tinha a percepção de que seria importante contribuir para a compreensão do próprio significado da adaptação ao fenômeno e no desenho de ações correspondentes inserindo questões sociais (os seres humanos em suas condições desiguais) num quadro em que predomina a atenção para com os recursos naturais, a fauna e a flora. Essas razões me levaram a aceitar o convite feito pelo COEP – Rede Nacional de Mobilização Social para coordenar o projeto “Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades”, financiado pelo CNPq, no período 2009 a 2011. A pesquisa teve o objetivo de analisar os fatores de ordem socioeconômica e ambiental que contribuem para a vulnerabilização de grupos

⁴² Programme Federateur “Agriculture et Développement Durable » (ANR, France), Appel à propositions de recherche 2005. O projeto baseou-se na rede « PROPOCID – Production des politiques autour du développement durable », reunindo pesquisadores dos países estudados.

⁴³ Embora esses debates se dessem sobretudo no âmbito do CONSEA, tive participações nas discussões sobre adaptação às mudanças climáticas do Grupo de Trabalho Mudanças climáticas, pobreza e desigualdade, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

populacionais frente a eventos causados pelas mudanças no clima, bem como oferecer subsídios para a construção de capacidades de enfrentamento dos riscos daí advindos por parte dos referidos grupos.

Ela foi desenvolvida em três eixos, a saber: (i) levantamento de documentos internacionais e nacionais de referência e das políticas nacionais relacionadas com a temática, (ii) mapeamento da produção de conhecimento e questões em debate sobre a temática “mudança climática e desigualdades sociais”, e (iii) realização de 5 estudos de caso sobre a vulnerabilidade e capacidade de adaptação de populações selecionadas em diferentes biomas e na periferia de grandes cidades (Amazônia, Caatinga, Cerrado e regiões metropolitanas do R. Janeiro e Florianópolis). Talvez a principal contribuição metodológica do projeto tenha sido a proposição de uma matriz analítica entrecruzando eventos climáticos (temperatura e precipitação) e fatores de vulnerabilidade socioambiental em distintos biomas, matriz que se buscou aplicar nos instrumentos de pesquisa utilizados nos referidos estudos de caso. Estes últimos foram realizados por pesquisadores de universidades federais e órgãos públicos sediados nessas regiões, sendo que a relação que mantém com a Rede COEP-Nacional fez com que o projeto tivesse, também, um componente de extensão na interação das equipes regionais com as comunidades estudadas. Além dessa interação com as comunidades, o projeto gerou um relatório completo de pesquisa disponível na internet, uma publicação com a síntese dos resultados⁴⁴ e artigos em periódicos. Não voltei a me dedicar às mudanças climáticas, exceto pela inevitável inclusão das suas repercussões nas perspectivas da agricultura em geral e da agricultura familiar em particular.

10. Pobreza rural, inclusão produtiva e ocupação

Pobreza e desigualdade social têm presença constante em minhas investigações e também na docência, a ponto de estas serem perpassadas por reflexões e questões de pesquisa voltadas para a conjunção entre dinamismo econômico e equidade social

⁴⁴ Maluf, R. S. e Rosa, Teresa S. (orgs.) (2011). *Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades*. R. Janeiro, CERESAN/UFRRJ, 719 p. (Relatórios técnicos N. 5, vols. I e II). Maluf, R. S. e Rosa, Teresa S. (2011). *Populações vulneráveis e agenda pública no Brasil*. In: Peiter, G. (coord.), *Mudanças climáticas, vulnerabilidade e adaptação*. R. Janeiro: COEP, p. 51-287. (Coleção COEP Cidadania em Rede)

e, mais especificamente, para as implicações da pobreza e da desigualdade social na questão alimentar nos processos de desenvolvimento. No entanto, apenas em período mais recente e atendendo a duas demandas vim a escrever, propriamente, sobre pobreza rural e também sobre emprego e ocupação no meio rural brasileiro, porém, na forma de textos do tipo “estado da arte” dos debates a respeito, sem pesquisa própria que não a revisão da bibliografia e a consulta a fontes secundárias de dados. Apesar de ocuparem um lugar ainda complementar em minha agenda de pesquisa, o registro desses dois trabalhos se justifica pelo fato de ambos integrarem a abordagem que venho desenvolvendo sobre inclusão sócio-produtiva, inserção mercantil e produção de alimentos enquanto estratégia de enfrentamento da pobreza e de promoção da emancipação socioeconômica das famílias rurais, conforme mencionado na última seção do presente memorial.

Como produto do meu envolvimento em projeto sobre enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial, conduzido pelo Observatório de Políticas para a Agricultura (OPPA)⁴⁵ em parceria com o IICA, escrevi um texto abordando os elementos que deveriam compor uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável (Maluf, 2013)⁴⁶. O texto procurou dar conta de três ordens de questões, a saber, (a) o enfrentamento da pobreza rural não está desarticulado do enfrentamento da pobreza em geral e da desigualdade social no Brasil, (b) os modelos produtivos e a promoção da sociobiodiversidade desempenham papel relevante na superação da pobreza rural e (c) a construção de capacidades nessa direção depende de dispositivos institucionais adequados. Para tanto, apresentei um marco conceitual e analítico articulando as referências do desenvolvimento, equidade, direitos e cidadania no tratamento da pobreza rural, ao lado da “armadilha da modernização” embutida no suposto dilema eficiência econômica *versus* equidade social que analisei em artigos anteriores a propósito da inclusão socioprodutiva por

⁴⁵ Integro a equipe de pesquisadores do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), núcleo de pesquisa vinculado ao CPDA que conta com a participação de colegas de outras instituições brasileiras, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

⁴⁶ Maluf, R. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão sócio-produtiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In: Miranda, C. e Tibúrcio, B. (orgs.), *Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil*. Brasília (DF): IICA, 2013, p. 57:88. (Série DRS, v.19). Esse texto foi antecedido de um trabalho conjunto com o colega Lauro Mattei (Mattei e Maluf, 2011).

meio da produção de alimentos. O texto se vale dessas referências para analisar os instrumentos voltados para a inclusão produtiva no PRONAT e no PTC, e sua articulação com o Plano Brasil Sem Miséria, bem como para sugerir os elementos de uma agenda pública associando o enfrentamento da pobreza rural e estratégias de desenvolvimento sustentável dos territórios.

O segundo trabalho consistiu num estudo de caso sobre o Brasil preparado por demanda dos organizadores de um colóquio, na França, sobre transições demográficas e econômicas, mercado de trabalho e exclusões camponesas (Maluf, 2014a)⁴⁷. O estudo não representou um retorno ao tema do mercado de trabalho (dos conflitos entre capital e trabalho) pelo qual me iniciei, em 1984, na coordenação de projetos coletivos de pesquisa, porém, abriu duas perspectivas ausentes na minha produção acadêmica recente, mas não apenas nela. Uma das perspectivas remete ao trabalho assalariado na agricultura, bastante em evidência nas décadas de 1970 e 1980 no debate sobre as características da modernização da agricultura brasileira, mas cuja análise ficou obscurecida pelo enfoque na agricultura familiar. Mesmo que não se trate mais de apontar para a degradação representada pelos “boias-frias”, a capacidade do agronegócio de gerar empregos é mais limitada que a alardeada, e tem iniquidades intrínsecas à polarização do mercado de trabalho rural que amplia a diferenciação entre assalariados permanentes e temporários (Basaldi, 2008). A segunda perspectiva, relacionada com a anterior, consiste na inclusão da ocupação na análise das formas de reprodução socioeconômica das famílias rurais, isto é, o que as estatísticas identificam como “pessoal ocupado” em atividades rurais. Essa ocupação se expressa na criação de oportunidades de trabalho para os membros da família nas unidades familiares e no emprego assalariado, seja dos membros da família fora das próprias unidades, seja de assalariados contratados pelas unidades familiares, relação social pouco abordada. Observo que a esperada (e significativa) redução do percentual de pessoal ocupado no campo foi acompanhada, porém, por uma discreta redução do seu número absoluto em todo o período que vai de 1970 a 2010.

⁴⁷Maluf, R. S. (2014a). Evolution de l'emploi agricole, impacts des politiques publiques: le cas du Brésil In: *Les exclusions paysannes: quels impacts sur le marché international du travail?*. Paris: Agence Française de Développement, 2014, p. 120 – 144. Publicação resultante do « Colloque Évolution du marché international du travail, impacts des exclusions paysannes », CIRAD/GRET/AFD/CESE/Académie d'Agriculture de France, Paris, 2012.

Ambas as perspectivas reintroduzem a dimensão demográfica – na ótica das transições demográficas, como chamaram os organizadores do colóquio – num contexto de crise prolongada que reacendeu a problemática do emprego (ocupação) e as antigas preocupações com o êxodo rural e as condições de permanência das famílias no campo. Penso que esta ampliação de foco se coaduna bastante bem com as questões que me mobilizam sobre agricultura familiar, famílias rurais e produção de alimentos nos processos de desenvolvimento. É sobre o quadro de um longo processo de êxodo rural que a agricultura familiar deve ser projetada, processo assentado num padrão de modernização com elevada concentração da propriedade da terra e da produção agroalimentar. Não obstante, as estratégias de geração de renda que vão além do domínio agrícola não retiram o lugar central ocupado pela atividade agrícola na criação de oportunidades de trabalho e, portanto, na reprodução das famílias rurais, em especial a produção de alimentos.

Razão pela qual retomo, nos dois textos, a já referida “armadilha” colocada pela modernização em curso na produção de alimentos, inclusive naquela realizada em bases familiares, risco que poderia ser atenuado com a valorização de uma agricultura diversificada. Contudo, argumento nos textos que tal possibilidade depende da redução da pobreza e da desigualdade em geral, da legitimação social desse tipo de agricultura como fonte do que se poderia considerar como alimentação adequada e saudável, e da existência de instrumentos diferenciados de políticas públicas.

11. Retorno ao tema dos preços dos alimentos

Foram poucos os trabalhos de minha autoria nos quais a evolução dos preços dos alimentos constituía o objeto principal da análise, embora a formação dos preços nas várias etapas da esfera agrícola ao varejo, desde uma ótica de economia política, foi parte constitutiva das análises que desenvolvi sobre comercialização agrícola, abastecimento alimentar e a própria SAN. Não obstante, circunstâncias conjunturais me levaram a retornar ao tema dos preços dos alimentos, com a emergência da crise alimentar em 2006/2008, a volatilidade dos preços internacionais das *commodities* alimentares e o reingresso da inflação de alimentos na pauta de discussão no Brasil e em muitos outros países.

Além do desafio de subsidiar o debate a respeito no âmbito do CONSEA, estímulo adicional veio do acompanhamento de um grande estudo internacional sobre o tema (Daviron *et al.*, 2011) logo no início de minha participação como membro do Comitê Diretivo do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar (HLPE, órgão assessor do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (*United Nations Committee for World Food Security*)). O Comitê tem por missão delimitar o objeto, escolher a equipe internacional de pesquisadores e supervisionar a elaboração de estudos e pesquisas sobre temas relacionados com a segurança alimentar e nutricional. Permaneci por dois mandatos no Comitê, entre Outubro de 2010 e Outubro de 2015.

Ambos os engajamentos, no CONSEA e no HLPE, deram origem a uma demanda da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) para que eu realizasse um estudo sobre a volatilidade dos preços internacionais das *commodities* alimentares e a contribuição desse fenômeno, ao lado de fatores nacionais, entre os determinantes da inflação dos alimentos no Brasil, estudo que contou com a participação de Juliana Speranza. Buscamos também apontar as principais implicações do comportamento dos preços internacionais e domésticos na soberania e segurança alimentar e nutricional em termos do acesso aos alimentos e da produção agrícola de base familiar, bem como as repercussões sobre as respectivas políticas públicas. Sem fazer uso de correlações estatísticas ou modelos econométricos, destaco nesse estudo a abordagem buscando identificar eventuais repercussões dos preços agrícolas internacionais na cadeia de formação dos preços domésticos no varejo de alimentos avançando no já referido propósito de desenvolver um exercício de economia política dos preços dos alimentos (Maluf e Speranza, 2013)⁴⁸.

Esse estudo teve continuidade num segundo trabalho sobre a mesma problemática dos preços internacionais das *commodities* e a inflação de alimentos no Brasil, porém, introduzindo a questão dos modelos de agricultura e suas repercussões sobre o abastecimento alimentar com base em dois produtos exemplares que são a soja e o feijão. A soja, como se sabe, é o principal exemplo da expansão de uma

⁴⁸Maluf, R. S. e Speranza, J. S. (2013). *Volatilidade dos preços internacionais e a inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional*. Brasília: MDS/SESAN, 148 p. (Caderno SISAN 01/2013)

monocultura de larga escala com estreita conexão com o mercado internacional e principal beneficiário da tendência de alta dos preços internacionais, ainda que o grão não se destine apenas às exportações. O estudo interessou-se também pela crescente inserção da soja na produção de biodiesel no Brasil. Já o feijão justificava-se por ser um dos principais alimentos dos brasileiros, tradicionalmente oriundo da agricultura de base familiar, encontrando-se no centro dos debates sobre a inflação. Contudo, as transformações em curso no cultivo desse produto abriram um leque de questões de pesquisa sobre as perspectivas da agricultura familiar e da própria produção de alimentos no Brasil que se encontram refletidas no programa de pesquisa apresentado adiante. Esse estudo contou também com a participação de Juliana Speranza e o apoio da ActionAid-Brasil⁴⁹.

12. O âmbito internacional e a cooperação Sul-Sul brasileira

Os temas e questões que orientam meus estudos e pesquisas são, inescapavelmente, internacionais, seja porque neles incidem dinâmicas que extrapolam as fronteiras nacionais, seja pela minha permanente preocupação em estabelecer elos com o debate internacional e de me envolver em atividades de cooperação. A propósito, a convicção de que é preciso romper com os limites nacionais no tratamento da questão alimentar, assim como de muitas outras, superando a tendência à ‘olhar para seu próprio umbigo’ que costuma acometer os grandes países, foi se firmando em mim nas últimas décadas. Isto para não mencionar a óbvia importância da literatura internacional que compõe nosso referencial conceitual.

No início deste memorial, fiz referência ao primeiro tema de dissertação de Mestrado— que não se materializou como tal — no qual propunha tratar da problemática do abastecimento alimentar doméstico com uma ótica da autossuficiência nacional, em face da inserção crescente do Brasil no comércio agrícola internacional nos anos 1970. Elementos que interagem ou refletem dinâmicas internacionais ou globais estão presentes em trabalhos posteriores. No entanto,

⁴⁹Maluf, R. S. e Speranza, J. S. (2014). *Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão*. R. Janeiro, CPDA/UFRRJ, 70p. (Relatório Técnico N. 7)

apenas ao ingressar no CPDA, em 1990, é que passei a abordar questões ou processos que podem ser propriamente considerados como internacionais. Assim, foi com o referido ensaio sobre a evolução do planejamento econômico e agrícola na América Latina e Caribe, reflexo de disciplina ministrada em um programa latino-americano sediado no CPDA (Curso de Mestrado Vittorio Marrama), assim como nos estudos sobre o projeto de integração regional num contexto de liberalização e ajuste estrutural contido na construção do Mercosul, e as cadeias agroindustriais que se conformavam no âmbito de um bloco com essas características.

Tive a oportunidade de participar de três projetos de cooperação franco-brasileira promovidos pelo Acordo CAPES-COFECUB, primeiro em projeto coordenado pelo colega Peter May, depois como coordenador de um projeto e, por último, em projeto ainda em curso coordenado pelo colega Sérgio Leite e posteriormente por mim⁵⁰.

Além dos estímulos provenientes dessas e de outras formas de interlocução internacional⁵¹, é preciso ressaltar as oportunidades abertas com a crescente incorporação de temas internacionais na agenda do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). A agenda internacional do Conselho, em cuja construção estive bastante engajado, ganhou relevância em decorrência não apenas da atuação do Brasil como partícipe do jogo internacional na tradicional condição de exportador, mas sobretudo em face da notoriedade da experiência brasileira em políticas de SAN e da recém-adquirida condição do país como ofertador de cooperação. Derivam daí as muitas demandas para debater essa experiência em eventos internacionais, como também a necessidade de analisar as diversas formas de cooperação visando a subsidiar os debates sobre os vários aspectos controversos nelas envolvidos.

⁵⁰ 1. Projeto "Análise da Introdução de Cláusulas Ambientais na Regulação Internacional (cooperação e comércio internacional)", CPDA/UFRRJ e ESR/ARIES, 1999/2000. 2. Projeto "A noção de multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: a experiência francesa e o caso do Brasil", CPDA/UFRRJ, INAPG/ABIES, EHESS, 2002/5. 3. Projeto "Território, Pobreza e Políticas Públicas: uma abordagem pela territorialização", CPDA/UFRRJ e ARTDEV, 2013/6.

⁵¹ Integrante da Chaire UNESCO - Alimentations du Monde, Comité d'Orientation Stratégique (Collège Personnalités Qualifiées), sediada na SUPAGRO, Montpleliier (França), desde 2011. Membro do Comitê Diretivo do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar (HLPE), órgão assessor do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (*United Nations Committe for World Food Security*), 2010-2015.

Uma dessas demandas implicou a inserção em um novo tema de discussão sobre as relações entre agricultura e nutrição, com crescente difusão internacional. Isto se deu na forma da realização de um dos oito estudos de caso realizados em oito países para analisar as condições de aplicação do enfoque da “agricultura sensível à nutrição” em diferentes contextos. O projeto intitulou-se *Nutrition sensitive agriculture - a pillar of improved nutrition and better help*, tendo sido coordenado pelo Food Security Centre, University of Hohenheim (Alemanha), em 2012/3. A análise realizada por integrantes da equipe do CERESAN colocou ressalvas a determinadas traduções desse enfoque, entre as quais a biofortificação de sementes, contrapondo a elas o enfoque intersetorial da SAN desenvolvido no Brasil que implica resultado em artigo publicado em periódico especializado na área de saúde pública (Maluf *et al*, 2015)⁵².

Todos esses estímulos permitiram dar forma a uma linha de investigação que estava em gestação no CERESAN sob o título genérico de *Questões no âmbito internacional da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação*. O primeiro projeto que começou a dar materialidade a essa linha foi denominado de *Fortalecendo o papel do Brasil nos espaços internacionais para uma agenda global pelo direito humano à alimentação e a erradicação da fome*, desenvolvido em 2014/5 com apoio da OXFAM-Internacional. O objetivo geral do projeto foi elaborar documentos analíticos e artigos acadêmicos, bem como promover debates sobre a cooperação internacional Sul-Sul desenvolvida pelo Brasil no campo da erradicação da fome e da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, de modo a contribuir para a construção de agendas de atuação conjunta entre os atores sociais brasileiros e estrangeiros. Para tanto, as atividades do projeto se organizaram em três linhas de trabalho principais e inter-relacionadas, a saber:

- a) Abordagem geral da cooperação Sul-Sul brasileira no campo da SSAN e do DHA, com a elaboração do texto *A cooperação brasileira em segurança alimentar e nutricional: determinantes e desafios presentes na construção da agenda internacional*, para o qual contribuíram os debates realizados nas duas oficinas

⁵²Maluf, R., Burlandy, L., Santarelli, M. Schottz, V. Speranza, J. S. (2015) Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(8), p. 2303-2312.

organizadas pelo CERESAN com a participação de integrantes de organizações e movimentos sociais e gestores públicos;

- b) Cooperação brasileira em África, com destaque para os países da CPLP, na qual foram encomendados três estudos de caso sobre Angola, Cabo Verde e Moçambique, além de um estudo sobre a estratégia de SAN da CPLP;
- c) Experiências de intercâmbio e perspectivas de cooperação com a América Latina e o Caribe, na qual foi elaborado o texto *Atuação brasileira na América Latina e Caribe relacionada com a soberania e segurança alimentar e nutricional*.

Elaborou-se um documento síntese com as principais evidências de pesquisa e indicativos de agenda, posteriormente traduzido para o espanhol e inglês visando a uma ampla difusão. Para desenvolver o projeto contei com uma equipe de três doutorandas e um mestre, além de consultores nos países em que foram realizados os estudos de caso. Todos os produtos foram publicados na Série Textos para Discussão, disponíveis na página do CERESAN: www.ufrrj.br/cpda/ceresan.

O projeto anterior teve um desdobramento em nova iniciativa que deu continuidade às reflexões anteriores sobre cooperação internacional em SAN e ampliou o leque de temas para questões igualmente relevantes no debate internacional, dando origem ao projeto *Estratégias e políticas de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil, América Latina e África*. O projeto foi desenvolvido pelo CERESAN em 2015, com o apoio da OXFAM-Brasil, agora contando com equipe ampliada de colegas e pós-graduandos. As cinco linhas de investigação tiveram a pretensão de recuperar reflexões anteriores, construir um referencial conceitual e marco analítico sobre enfoques ou temas identificados como mais relevantes e fazer indicações metodológicas para pesquisas futuras. Assim:

- a) a cooperação Sul-Sul no campo da SSAN e do DHAA e as questões de governança associadas foram direcionadas para o campo da análise de políticas públicas, mais precisamente, para o tema da transferência de políticas (*policy transfer*) e suas implicações, com pesquisas de campo em andamento sobre os casos da Etiópia e de Moçambique;

b) o intenso debate internacional em torno da soberania alimentar estimulou um esforço específico sobre as questões conceituais e implicações de políticas públicas do uso dessa noção;

c) em sentido análogo, o destaque conferido ao tema da nutrição em âmbito internacional justificou a continuidade das reflexões iniciadas com o projeto sobre “agricultura sensível à nutrição” referido mais acima, agora ampliadas de modo a abranger as ações públicas e abordagens integradas entre agricultura e nutrição;

d) no âmbito da temática do abastecimento, e fruto da interlocução com os colegas da SUPAGRO/CIRAD (França), encontra-se em desenvolvimento uma abordagem sobre sistemas alimentares descentralizados já com pesquisa de campo em andamento;

e) a junção das reflexões sobre o caso brasileiro e dos estudos já realizados sobre a América Latina e o Caribe estão na origem da análise sobre as perspectivas da agricultura familiar, camponesa e indígena no abastecimento alimentar da região.

Os textos elaborados nessas cinco linhas encontram-se ainda em formato preliminar, portanto, ainda não se converteram em publicação para difusão. Não obstante, eles já têm servido de orientação para pesquisas em curso na forma de dissertações e teses e do meu próprio programa de estudos e pesquisa em curso, apresentado a seguir.

13. Programa de estudos e pesquisa em curso

Penso que a trajetória descrita no presente memorial ficaria incompleta caso não fosse concluída com a apresentação do programa de estudos e pesquisa em curso que resultou dessa trajetória, programa que pode ser organizado em torno de três eixos de trabalho. O primeiro eixo dá continuidade à investigação de natureza bibliográfica e a correspondente produção ensaística no campo temático do desenvolvimento, em particular explorando os vários desdobramentos da premissa de que há uma questão alimentar no desenvolvimento. Os dois outros eixos correspondem aos projetos envolvendo pesquisa empírica ou aplicada que, no entanto, refletem e ao mesmo tempo alimentam as reflexões de tipo conceitual sobre a questão alimentar no desenvolvimento.

Assim, o segundo eixo volta-se para as perspectivas da produção agroalimentar de base familiar no Brasil e as diretrizes das políticas e programas a elas dirigidos, com vistas a analisar a inserção mercantil e o papel da agricultura familiar no abastecimento alimentar doméstico. Pretendo também ampliar a apreciação das estratégias econômicas de enfrentamento da pobreza e desigualdade no meio rural, quase sempre por meio da inserção mercantil, de modo a incluir a ótica da emancipação socioeconômica das famílias rurais. O terceiro eixo de pesquisa dá continuidade ao tratamento de questões na esfera internacional abordando o contexto internacional da soberania e da segurança alimentar e nutricional e o lugar ocupado pelo Brasil, com destaque às várias formas de atuação do país em foros internacionais e projetos de cooperação Sul-Sul.

Como se nota, o Brasil constitui, naturalmente, a referência empírica inicial e principal, embora não única, do segundo e terceiro eixos, devido, de um lado, ao meu interesse específico sobre a produção agroalimentar de base familiar no país e às políticas públicas relacionadas com a SSAN que incidem sobre elas. De outro lado, a antiga condição do Brasil de participante destacado no sistema alimentar mundial como grande exportador viu-se acrescida da recente notoriedade internacional adquirida pelo país no campo das políticas públicas relacionadas com o enfrentamento da fome e promoção da SAN, e com a redução da pobreza de modo geral, ampliando o foco para o âmbito internacional e estimulando as análises em perspectiva de diferentes experiências nacionais. Acrescente-se o fato de o olhar sobre as políticas públicas perpassar todos os temas abordados, tanto na investigação bibliográfica quanto nas pesquisas empíricas, de modo que as políticas relacionadas com a soberania e segurança alimentar e nutricional e a própria construção do Sistema Nacional de SAN no Brasil, intersetorial e participativo, ocupem lugar de destaque.

Alimento a pretensão de que o programa de estudos e pesquisa adiante descrito resulte, num futuro próximo, em um segundo livro autoral agora versando sobre 'desenvolvimento, alimentação e participação social'. Nele, pretendo retomar os três fatores que fundamentaram a caracterização de uma questão alimentar no desenvolvimento e verificar as principais manifestações dela no desenvolvimento capitalista contemporâneo, a partir dos anos 1940/50, tendo em conta que os alimentos envolvem negócios, poder, necessidades básicas e direitos. Uma motivação

adicional foi dada pelo fato de os alimentos e (por meio deles) a agricultura estarem de volta ao centro da agenda mundial. O Brasil deverá constituir a referência principal, tendo a América Latina como referência secundária, porém, inescapável em razão do diálogo com escolas de pensamento e autores latino-americanos, embora seja uma possibilidade prover uma seção com breves incursões em outras partes do mundo.

Observo, ainda, que o programa de pesquisa vem sendo enriquecido com o oferecimento regular, desde o 1º Semestre de 2015, da disciplina “Laboratórios de Pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais”, aberta à participação de colegas e estudantes do CPDA/UFRRJ e de outras instituições, em cujas sessões busca-se avançar na base conceitual e metodológica sobre questões de soberania e segurança alimentar e nutricional, tendências do sistema alimentar nas várias esferas, temas de governança, cooperação Sul-Sul e vários outros.

Antes do detalhamento que farei adiante desse programa, faço um registro específico de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do OPPA, iniciada em 2013 e término previsto para meados de 2016, intitulada “Entre continuidades, mudanças e inovações institucionais: políticas públicas e meio rural (2003-2013). Seu objetivo é analisar as políticas públicas para o meio rural brasileiro ao longo dos últimos 10 anos referidos, valorizando aspectos como a experiência e a participação dos seus gestores e formuladores (*policy makers*), o contexto institucional e o processo de implementação de programas específicos. A partir da experiência destes gestores (e de outros atores igualmente estratégicos para o exercício das políticas) busca, adicionalmente, compreender em que medida o ambiente institucional e as redes nas quais os mesmos estão inseridos dão sustentação às políticas públicas para o setor. Com financiamento do CNPq e FAPERJ, o projeto envolve significativo número de pesquisadores e pós-graduandos vinculados ao Observatório. Minha participação se dá, principalmente, no campo das políticas de SAN.

13.1. Sentidos do desenvolvimento e a questão alimentar

Os dois ensaios enfocando as concepções de desenvolvimento e a abordagem de Hirschman – em ambos os casos com substantivos aportes extraídos da abordagem de Amartya Sen – deixaram vários indicativos para seguir com a reflexão sobre os sentidos do desenvolvimento em termos tanto de significados quanto de direção, mirando as

trajetórias, a diversidade de contextos e as respectivas escolhas. Dada a premissa dos múltiplos caminhos, o que restaria da noção de desenvolvimento como um paradigma? Estaríamos diante de um paradigma que admite múltiplos caminhos ou a própria ideia de paradigma exclui e, mesmo, se contrapõe à perspectiva dos múltiplos caminhos? Estas indagações demandam, por um lado, explorar mais a afirmação de Sen sobre o desenvolvimento como conceito incompleto por definição e a premissa que compartilha com Hirschman da abertura dos processos para várias soluções, ao que se somam outros elementos da abordagem de Hirschman tais como as potencialidades ocultas⁵³, consequências não intencionais da ação humana e a felicidade da busca que moveria os atores sociais⁵⁴. A propósito, seria necessário verificar se as quatro fontes de diversidade que identifiquei no ensaio sobre o conceito de desenvolvimento (Maluf, 2000) – diversidade humana, institucional, cultural e ambiental – seriam suficientes para dar conta da perspectiva dos múltiplos caminhos.

Por outro lado, haveria que precisar em que termos a contraposição acima se define e, principalmente, em que planos ela se estabelece. Tome-se, por exemplo, as grandes narrativas como a convencional e recorrente ideia de projetos nacionais de desenvolvimento como síntese de um futuro possível a ser buscado ou como instrumento aglutinador de forças socioeconômicas e políticas⁵⁵. Bastante distinta é a incorporação das premissas acima em projetos ou ações locais de desenvolvimento.

No que se refere ao tratamento da questão alimentar no desenvolvimento, pode-se dizer que a questão alimentar demanda refletir sobre seu(s) significado(s) tanto quanto temos feito em relação à noção de desenvolvimento. Creio haver um vasto campo de releituras ou ressignificações possíveis dos alimentos e alimentação⁵⁶. Como é próprio à minha trajetória intelectual, a abordagem da questão alimentar obedece ao duplo propósito de contribuir para o desenvolvimento conceitual de noções relevantes em termos analíticos, e também de incidir nos debates em torno

⁵³ Para Celso Furtado, utópico pode ser a descoberta de potencialidades ocultas.

⁵⁴ Essa perspectiva encontra guarida em Octávio Paz: “La pregunta, repetida desde el principio [...] es lo que da sentido a nuestros afanes terrestres. No hay sentido: hay búsqueda de sentido.” (Paz, 1975, p. 339)

⁵⁵ Uma aplicação forte, antiga e recorrente, da ideia de sentidos do desenvolvimento se encontra na noção de projeto (nacional) de desenvolvimento. Noção que parecia datada e caída em desuso, foi tornada anacrônica durante a hegemonia neoliberal e esvaziada de sentido ou complexificada com a integração das economias e sociedades no mundo globalizado. Ela frequentou os escritos de economistas como Celso Furtado e, menos, de Albert Hirschman. Pode-se afirmar que, em alguma medida, ela teria sido retomada no Governo Lula após o “recesso” na década de 1990, não sem uma razoável dose de idealização dos planos de longo prazo.

⁵⁶ Friedmann propõe redefinir o que alimento-alimentação (*food*) é ou significa.

das ações e políticas públicas voltadas para os alimentos e a alimentação. Vimos que tais noções são, elas mesmas, portadoras desse duplo caráter, como é o caso da soberania alimentar e da própria segurança alimentar e nutricional⁵⁷. Há que cuidar, claro, para que o enfoque da questão alimentar no desenvolvimento não confunda a construção do marco analítico e da correspondente base conceitual, com o(s) projeto(s) político(s) para os quais as noções podem estar dando suporte, sem, contudo, exagerar na separação entre o analítico e o político⁵⁸.

Outra possível chave de leitura conectando o desenvolvimento e a questão alimentar se localiza nas analogias que se poderia estabelecer entre duas démarches totalmente separadas, mas que terminam por caracterizar a ambos em termos de certo modo próximos. Por um lado, no ensaio que escrevi sobre a abordagem de Hirschman propus que esse autor ‘dessacralizou’ a noção de desenvolvimento (Maluf, 2015). Uma ideia (uma miragem?) sem dúvida forte, mas também generosa, se converte na admissão de que os processos de desenvolvimento como eles são (onde se verificam), têm muito do acaso e da coincidência de circunstâncias, e menos da grandiosidade e grandiloquência que costumam acompanhar as proposições a respeito. Por outro lado, num caminho aberto pela perspectiva de “desencantamento do mundo” apontada por Max Weber⁵⁹, vamos encontrar interpretações como a que se encontra em entrevista concedida por Bertrand Hervieu, na qual afirma que “a sociedade da abundância descobriu, finalmente, que a alimentação é banal e não mais sagrada, de modo que a alimentação foi um dos últimos locais do sagrado e, portanto, do desencantamento” (Hervieu, 2003, p. 27).

O uso que fiz de ‘dessacralizar’ não tem, exatamente, a mesma conotação do uso weberiano de ‘desencantar’, portanto, penso estar alerta para não estabelecer correlações indevidas. Contudo, essa constatação levou-me a indagar se as dinâmicas alternativas que buscam aproximar produção e consumo não seriam portadoras da perspectiva de “re-encantamento” da comida. Ou ainda, se não haveria uma

⁵⁷ Argumentei em trabalho anterior (Maluf, 2007) que a noção de segurança alimentar e nutricional é passível de diferentes acepções conforme sejam os atores sociais, governos e agentes econômicos que dela fazem uso.

⁵⁸ Buscando tratar com proveito da relação entre moralidade e ciências sociais, reconhecendo uma tensão duradoura entre ambas, Hirschman (1981) postula por uma ciência moral-social em que considerações morais são mescladas a raciocínio analítico, com frequente e fácil transição do sermão à demonstração em ambas as direções.

⁵⁹ “The fate of our times is characterized by rationalization and intellectualization, and, above all, by the ‘disenchantment of the world’.” Max Weber, *Science as a vocation*, Selected Writings.

compreensão de que a certificação de produtos é um instrumento de desencantamento das relações sociais de consumo alimentar. Os elementos que tal correlação poderia aportar serão por mim utilizados, complementarmente, na análise das relações entre produtores (produção) e consumidores (consumo).

Outras conexões importantes entre a questão alimentar e o desenvolvimento podem ser encontradas nas referências feitas a ela pelas próprias formulações sobre desenvolvimento, particularmente, desde a ótica do desenvolvimento do capitalismo, mesmo que digam respeito a aspectos ou dimensões do que caracterizo como questão alimentar. Uma delas vem ocupando minha atenção por me parecer bastante promissora, a saber, a interlocução com o já referido enfoque no regime alimentar (*food regime*) e sua abordagem sobre os alimentos na reprodução do capital no contexto de uma determinada hegemonia, e o lugar das transições de regime alimentar como parte da transição de poder estatal hegemônico. Pretendo avançar na reflexão sobre as implicações deste tipo de abordagem com o enfoque na questão alimentar cujos contornos são mais nacionais, desde a perspectiva do acesso pelos mais pobres e das possibilidades da agricultura familiar e do acesso, com ênfase no significado dos alimentos para a reprodução das famílias (rurais e urbanas) e do sistema econômico.

Por fim, em termos prospectivos (de perspectivas), estará sempre presente a permanente preocupação subjacente aos meus trabalhos que é explorar o papel da questão alimentar no enfrentamento da pobreza e na promoção da equidade (ou iniquidade) social, tanto em termos das principais dimensões envolvidas na conjunção entre desempenho econômico e equidade quanto em termos dos requisitos de políticas e ações públicas. Em termos conceituais, entraria aqui a continuidade no tratamento das relações entre eficiência econômica e equidade social e suas repercussões nas várias formas possíveis de enfrentar a questão alimentar, com destaque para a 'armadilha da modernização' presente em algumas delas. Já quanto à análise mais aplicada, volto-me, particularmente, para a pobreza rural e a inclusão socioeconômica fundada na produção de alimentos em bases familiares, abordada a seguir.

13.2. Pobreza, produção de alimentos, inclusão social e práticas emancipatórias

Em vários momentos deste memorial, ressaltai que uma das principais manifestações da questão alimentar nos processos de desenvolvimento diz respeito ao lugar central ocupado pela produção agroalimentar de base familiar, seja nas estratégias de enfrentamento da pobreza e da desigualdade no meio rural, seja desde a ótica da promoção de formas sustentáveis e diversificadas de produzir alimentos. Em ambos os objetivos se destaca a perspectiva de promover a inclusão socioeconômica na forma da inserção mercantil dos agricultores familiares. Essa perspectiva de enfrentamento da pobreza rural tem importante aplicação ao caso brasileiro, mas creio que ela seja verdadeira para a grande maioria dos países que integram o chamado “Sul Global”. Além disso, tal enfoque permite estabelecer uma relação entre o enfrentamento da pobreza rural e a problemática mais geral do abastecimento alimentar, pois é nesse âmbito que se definem as perspectivas econômicas da produção agroalimentar oriunda das unidades familiares rurais. Ademais, há uma conexão com a promoção da alimentação adequada e saudável para o conjunto da sociedade, presente também na concepção de abastecimento desenvolvida em trabalhos anteriores, relatados neste memorial.

Assim, o segundo eixo do programa de pesquisa em curso tem como premissa que os alimentos desempenham papel central nas estratégias de superação da pobreza rural e de promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável, dado o lugar que ocupam na reprodução socioeconômica das unidades familiares rurais, porém, num contexto de importantes transformações na agricultura e no próprio meio rural. A produção agroalimentar e a inserção nos mercados de alimentos não é, obviamente, o único caminho de superação da condição de pobreza, porém, ela é mais do que uma opção econômica (entre outras) para a grande maioria das famílias rurais, estando presente em qualquer combinação de atividades agrícolas e não agrícolas adotada por essas famílias. Desde a ótica da SSAN, há que acrescentar a dupla condição das famílias rurais de serem ofertantes e demandantes de alimentos, conforme mencionado na apresentação das pesquisas anteriores e artigos publicados nesse tema, ambas as condições comprometidas no caso das famílias rurais pobres.

Claro, num universo social bastante heterogêneo atualmente abrigado sob a categoria agricultura familiar.

Nesses termos, a pesquisa volta-se para as perspectivas econômicas que podem ser vislumbradas para a agricultura de base familiar em sua diversidade, tendo em conta as dinâmicas agroalimentares internacionais e nacionais, as transformações nas formas de produção agroalimentar, os vários fatores promotores de desigualdade social no campo e as concepções orientadoras e instrumentos de políticas públicas. Esses elementos constituem o quadro de referência para avaliar o alcance das estratégias de reprodução socioeconômica seguidas pelas unidades familiares e grupos sociais rurais em termos de perfil produtivo e do lugar dos alimentos. A abordagem convencional nas cadeias de produtos, necessária para alguns aspectos, será cotejada com as possibilidades oferecidas pelos recortes socioespaciais que embasam os enfoques nos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos ou nos chamados sistemas alimentares descentralizados ou territorializados.

Por fim, mas não menos importante, pretende-se que as possibilidades econômicas dessas estratégias sejam também avaliadas à luz da perspectiva da emancipação socioeconômica das famílias rurais que venho procurando desenvolver nos termos enunciados no eixo anterior. Além do aspecto econômico da renda e das condições de vida, pretende-se verificar em que medida se nota a presença de práticas emancipatórias nas trajetórias das famílias e suas organizações e, especialmente, nos programas públicos a elas dirigidos, já que nos interessa ter em conta que futuro se projeta para as famílias rurais e não apenas para a atividade (agricultura) por elas praticada.

As considerações anteriores dão origem a um conjunto de questões de pesquisa que vêm sendo trabalhadas nos aspectos da produção e abastecimento, da conformação de sistemas alimentares e dos instrumentos de política voltados para a agricultura familiar e a pobreza rural. Com relação à evolução da produção de alimentos em bases familiares, ela engloba vários tipos de agricultura familiar, com o respectivo papel indutor ou reativo das políticas públicas e implicações em termos de abastecimento e da promoção da alimentação adequada e saudável. Trata-se de um estudo macro com indicações de dinâmicas regionais diferenciadas. No tocante ao abastecimento alimentar, ao lado da disponibilidade de bens e seus preços, carece-se

de retomar o tema da regulação pública (conceituação e instrumentos gerais e específicos ao tema do abastecimento), e revisar os convencionais indicadores de abastecimento. Desafio especial se coloca na compatibilização do enfoque nos produtos ou nas cadeias de produtos com o recorte pelo critério social derivado da categoria agricultura familiar, dilema particularmente relevante na atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário em face da produção de alimentos.

A propósito, a existência de várias agriculturas familiares está a demandar o enfrentamento da tipologia convencional, em paralelo ao tratamento da agricultura familiar diversificada (perfil produtivo e lugar da produção de alimentos) em face da perspectiva de enfrentamento da pobreza rural. Aqui se retoma o que foi mencionado em vários momentos do memorial sobre os desafios conceituais e de políticas públicas na junção de eficiência econômica e equidade social no meio rural. Relacionada com essa questão se encontra o tema da ocupação e da geração de oportunidades de trabalho e renda no meio rural por meio da inclusão produtiva (qualificação para o mercado de trabalho e/ou inserção como ofertante nos mercados de bens). Tradicionais fatores promotores de desigualdade social no Brasil ampliam a dependência de crescimento econômico para lograr a redução da pobreza, tornando igualmente complexa a adoção da equidade social como referência no enfrentamento da pobreza pela porta da igualdade de oportunidades. Isto tudo num contexto de transições demográficas com importantes repercussões no futuro do trabalho e da ocupação rural no Brasil.

No que diz respeito ao sistema alimentar ou, mais propriamente, a conformação de vários sistemas alimentares no Brasil, venho desenvolvendo um enfoque que busca articular as dimensões constatáveis de um sistema alimentar mundial e também de um sistema alimentar nacional, com a identificação de sistemas alimentares descentralizados. Vale dizer, a coexistência e conflitos entre dinâmicas integradoras de cadeias nacionais e internacionais e circuitos diferenciados espacial e territorialmente (circuitos regionais e sistemas territorializados). Há aqui uma importante questão metodológica a respeito dos critérios de espacialização ou territorialização dos sistemas alimentares, sejam eles critérios naturais (biodiversidade), sociais ou políticos, ou ainda, como expressão de determinantes pelo lado da demanda e pelo lado dos agricultores. Inclui-se aqui a perspectiva de estabelecer as conexões entre

dieta (consumo) e biodiversidade (produção), como pretendem as várias abordagens reunindo nutrição e agricultura.

Por fim, temos as questões de pesquisa relacionadas aos rumos e métodos das políticas e programas para a agricultura familiar e pobreza rural no Brasil. Por um lado, há um tratamento conceitual a ser dado aos temas da equidade, pobreza, desigualdade socioeconômica e justiça e sua aplicação no meio rural. Nele pretendo incluir a ótica da emancipação socioeconômica de indivíduos e grupos sociais e a adoção de práticas emancipatórias no enfrentamento da pobreza e da desigualdade. Entre as questões derivadas desta ótica, mencionam-se a discussão sobre condições emancipatórias, obstáculos à emancipação ou potenciais emancipatórios, a perspectiva da emancipação pelo trabalho e o paradigma produtivista, a adoção de instrumentos compensatórios da condição desigual vis-à-vis os que capacitam para a atuação autônoma, e o enfoque nas capacidades e as possibilidades dos indivíduos.

Por outro lado, os enfoques sobre pobreza rural, ao lado dos requisitos em termos de instrumental analítico e indicadores, têm apontado para respostas econômicas combinando políticas agrícolas e não agrícolas. Entre as primeiras, ressalta-se a inclusão produtiva (via inserção mercantil dos agricultores), cujas estratégias remetem ao tema da promoção (ou não) de emancipação em face da lógica econômica das relações mercantis nos aspectos da sujeição/subordinação e autonomia das famílias, em face do requisito do tratamento diferenciado como princípio de justiça. As possibilidades oferecidas pelo mercado institucional (compras públicas em condições diferenciadas ou preferenciais) oferecem um bom campo de reflexão a respeito.

13.3. Contexto internacional da soberania e da segurança alimentar e nutricional e os papéis do Brasil

Como se pode depreender da trajetória descrita no memorial, esse eixo de pesquisa tem origem nas preocupações com as repercussões do comércio internacional no abastecimento alimentar doméstico, preocupações que remontam à conclusão do curso de graduação e que foram, posteriormente, retomadas na análise do contexto internacional da segurança alimentar e da agricultura em publicações e

seminários, até assumirem o enfoque atual sobre as várias formas de atuação internacional do Brasil no campo alimentar e em agricultura (Maluf *et al.* 2015; Maluf e Prado, 2015; Maluf e Santarelli, 2015). Assim, o tratamento da esfera internacional engloba questões de pesquisa relacionadas às tendências do sistema alimentar mundial, multilateralismo, estruturas globais e regionais de governança e as novas formas de cooperação Sul-Sul. Estas são questões recorrentes em minha participação em debates acadêmicos e em espaços públicos como o CONSEA, o Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial, o Comitê Diretivo do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar a ele vinculado e vários eventos internacionais.

O delineamento do conteúdo desse eixo tem se beneficiado dos desdobramentos do já referido projeto CERESAN/OXFAM, tais como as várias repercussões derivadas da difusão nacional e internacional dos seus produtos e a transformação de sua temática em objeto de estudo de dissertações e teses de orientandos(as). A continuidade dos estudos e pesquisas nesse eixo assumiu a forma do projeto intitulado “Soberania e segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe e em África e a atuação internacional do Brasil”, envolvendo pós-graduandos do CPDA, bolsistas de iniciação científica e pesquisadores de outras instituições associados ao CERESAN, concluído em dezembro de 2015. O projeto envolveu tanto o tratamento conceitual de ambas as noções – soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional – quanto a análise de dinâmicas socioeconômicas e processos sociopolíticos relevantes para a soberania e a segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe e em África. Atenção especial foi dada para as diversas formas de atuação internacional do Brasil que incidem sobre elas.

Entre as razões que justificam e conferem relevância à temática geral da pesquisa proposta e aos vários sub-temas nos quais ela se desdobra, ressalta-se em primeiro lugar a atualidade do debate sobre soberania alimentar não apenas no âmbito das organizações e redes sociais que foram seus primeiros e principais impulsionadores, como também na academia onde proliferam os trabalhos com reflexões a respeito e, mesmo, em vários governos que incluem esta noção como referência de políticas públicas. A propósito, há amplo reconhecimento da necessidade de maior desenvolvimento conceitual dessa noção que nasceu como bandeira política

e que, a meu ver, tem a possibilidade de adquirir outro estatuto conceitual. É parte desse esforço – conceitual e também político – o intento de articular as três principais referências hoje mobilizadas nesse campo que são a soberania alimentar, a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada e saudável. Embora a proposta se concentre mais nas duas primeiras referências, é inevitável ter em conta a perspectiva do direito humano à alimentação, mesmo sem a devida análise dos instrumentos para sua consecução e exigibilidade.

Uma segunda ordem de razões relaciona-se à necessidade de dar tratamento diferenciado aos dois continentes que têm sido objeto de pesquisas desenvolvidas pelo CERESAN, a saber, América Latina e Caribe (ALeC) e África. Com base em casos ou processos exemplares pelos ensinamentos que contém, pretende-se dar concretude às distintas questões de soberania e segurança alimentar e nutricional que se manifestam, entre outros, nos dilemas da transição agrícola e alimentar africana, nas transformações em curso na produção agroalimentar latino-americana num contexto de crescente integração, nas dinâmicas privadas de grande impacto e nos limites colocados à participação social nas políticas públicas.

Por fim, sabe-se da notoriedade adquirida pela experiência brasileira no campo da SAN, tanto em termos do desenho e implementação de políticas públicas, quanto no aspecto da participação social. Ela resultou em significativa expansão da cooperação Sul-Sul brasileira, cujas características, tensões e desafios foram objeto do estudo antes referido. Entre as questões suscitadas por esse estudo, pretende-se dar seguimento à reflexão já iniciada sobre a difusão da experiência brasileira com base na literatura existente no campo da análise de políticas públicas sobre disseminação internacional e transferência de políticas públicas.

14. Docência

Iniciei-me na docência no ensino superior quando ingressei na UNIMEP, em 1975, e continuei exercendo essa função de forma ininterrupta desde então, aí incluída a minha transferência para a UFRRJ. Comecei como professor de disciplinas em cursos de graduação para gradativamente ir incorporando disciplinas na pós-graduação.

14.1. Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) – 1975/1989

Professora partir de 1975 de várias disciplinas do Curso de Graduação em Economia, entre as quais Teoria Macroeconômica, Contabilidade Nacional e Economia Brasileira, além de ministrar disciplinas oferecidas pelo Departamento de Economia em outros cursos de graduação da UNIMEP.

Participação no Curso de Mestrado de História, a partir de 1981, lecionando as disciplinas de História Econômica Geral e História Econômica do Brasil.

14.2. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – 1990 até o presente

Professor responsável por duas disciplinas de Pós-Graduação do CPDA, Teoria Econômica, desde 1990, classificada como fundamental de Mestrado, e Teorias de Desenvolvimento, desde 1997, classificada como fundamental de Doutorado. Apresento a seguir o elenco de disciplinas que ministrei na Pós-Graduação, no CPDA ou em outros programas:

Docência na pós-graduação – CPDA/UFRRJ

- a. IH 1508 - Teoria Econômica – 3 créditos (60 horas-aula; 30 horas teóricas e 30 horas práticas)
- b. IH 1518 - Teorias de Desenvolvimento – 3 créditos (60 horas-aula; 30 horas teóricas e 30 horas práticas)
- c. IH 1546 – Laboratório de pesquisa em PPEAS – 1 crédito (20 horas-aula; 10 horas teóricas e 10 horas práticas)
- d. IH 1552 – Laboratório de pesquisa em análise de conjuntura – 1 crédito (15 horas-aula)

- e. IH 1519 – Tópico Especial em PPEAS: economia monetária e financeira aplicada ao sistema agroalimentar – 2 créditos (30 horas-aula)
- f. IH 1519 – Tópico Especial em PPEAS: agricultura familiar e mercados (em conjunto com Prof. John Wilkinson) – 2 créditos (30 horas-aula)
- g. IH 1516 – Tópico Especial em Estado, atores e políticas de Desenvolvimento: agricultura e multifuncionalidade – 2 créditos (30 horas-aula)
- h. IH 1539 - Tópico especial em Relações sociais no campo: antropologia e desenvolvimento – em conjunto com Profa. Maria José Carneiro - 1 crédito (15 horas-aula)
- i. IH 1519 – Tópico Especial em Estado, atores e políticas de desenvolvimento: desenvolvimento, economia e mudança social na obra de Albert Hirschman – 1 crédito (15 horas-aula)

Docência na pós-graduação – PPGPDS/UFRRJ

- a. IH 1575 - Teoria e Política do Desenvolvimento – 3 créditos (45 horas-aula, compartilhada com outros colegas do CPDAA)

Docência na pós-graduação em outras instituições

- a. Macroeconomia dos Países em Vias de Desenvolvimento e Teorias de Desenvolvimento, Curso de Especialização em Desenvolvimento e Cooperação Agrícola, Escola Superior Agrária/Fundo Social Europeu, Coimbra (Portugal), 1999 e 2000.
- b. Seminário “Teorias de desenvolvimento”, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2003.
- c. Módulo “Socio economía alimentaria y nutricional”, Maestría Seguridad Alimentaria y Nutrición, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz (Bolivia), 2012.

Docência na Graduação

Professor de disciplinas ofertadas pelo DDAS em Cursos de Graduação da UFRRJ:

- a. IH 505 - Políticas e projetos de desenvolvimento rural – 4 créditos
- b. IH 502 - Sociedade e Agricultura no Brasil – 4 créditos

15. Orientação acadêmica concluída

15.1. Iniciação científica

1. Raphaella Santos de Souza. Identificação dos atores sociais que participam ou estimulam ações de agricultura urbana relevantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2012. Iniciação científica (Agronomia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
2. Daiane Antonio dos Santos. Análise e acompanhamento da ONG Verdejarna Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2010. Iniciação científica (Licenciatura Em Ciências Agrícolas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
3. William Fernandes Souza. Análise e acompanhamento da Rede Fitovida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2010. Iniciação científica (Engenharia Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
4. Pammella Galdino Dutra. Análise e acompanhamento da Rede FITOVIDA na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2009. Iniciação científica (Licenciatura Em Ciências Agrícolas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
5. Priscila de Oliveira Maia. Agricultura urbana e sua relação com segurança alimentar: avaliação de um projeto de desenvolvimento local em Campo Grande (RJ). 2004. Iniciação científica (Agronomia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
6. Raimundo Brito dos Santos. Análise do comportamento dos preços dos alimentos básicos no Brasil - 1985/94. 1996. Iniciação científica (Economia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

15.2. Dissertação de Mestrado

1. Luciane Cristina Ferrareto. A agricultura urbana e suas múltiplas funções: a experiência do Programa lavoura da Prefeitura de Curitiba - PR. 2015. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
2. Bianca Moreira Mariquito Naime Silva. A inserção dos agricultores familiares nos circuitos de comercialização de alimentos: uma análise sobre o caso de Pará de Minas. 2015. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

3. Raphaella Santos de Souza. Espaço e comunidade em face de grandes projetos públicos: deslocamento involuntário de moradores/agricultores de Vila das Torres, Madureira - RJ. 2015. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
4. Marcelo Martins Ribeiro. Abastecimento municipal de alimentos e estratégias de segurança alimentar em Liberdade-MG. 2014. Dissertação (Práticas de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
5. Rafael do Valle Paiva. Os Limites da Normatização Sanitária: Qualidade Microbiológica e Tradição Produtiva e Alimentar. 2014. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
6. Camila Nobrega Rabello Alves. Interseções e relações entre a economia solidária e o desenvolvimento sustentável, a partir do grupo Oficina do Pão, em Duque de Caxias (RJ). 2013. Dissertação (Práticas de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
7. Marcio Cordeiro Rangel. Nossa Primeira Terra - Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Piauí como instrumento de desenvolvimento rural sustentável: limitações e potencialidades. 2013. Dissertação (Práticas de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
8. Viviane Soares Lança. Os desafios para políticas de apoio à agricultura familiar em área periurbana: o caso da Cooperativa UNIVERDE - Nova Iguaçu (RJ). 2013. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
9. Bruno Azevedo Prado. A construção de modos de vida em torno da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro. 2012. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
10. Bernardo Raphael Bastos de São Clemente. O Estado nicaraguense e as políticas para o desenvolvimento da agricultura, segurança alimentar e mundo rural. 2012. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

11. João Nuno da Silva Pinto. A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Angola. 2008. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
12. Karina Yoshie Martins Kato. A agricultura e o desenvolvimento sob a ótica da multifuncionalidade: o caso de Santo Antonio de Pádua (RJ). 2006. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
13. Ruth Espinola Soriano de Mello. Economia solidária: de movimento social à objeto de políticas públicas - limites e possibilidades da relação com o Estado. 2006. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
14. Silvia Aparecida Zimmermann. Política de abastecimento alimentar na perspectiva da segurança alimentar: o Programa de Abastecimento Alimentar de Caxias do Sul. 2006. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
15. Fagner Moura da Costa. O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Porciúncula (RJ) e as contribuições do enfoque da multifuncionalidade da agricultura. 2005. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
16. Luiz Antonio Staub Mafra. O município na gestão de políticas locais de segurança alimentar: a regulação de mercado e assistência alimentar em Belo Horizonte. 2004. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
17. Pelenda Bikakala. Fatores internos e externos no processo de desenvolvimento agrícola da República Democrática do Congo. 2003. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
18. José Fernando Espinosa. Planes de desarrollo, política macroeconómica y política sectorial agrícola en América Latina: impacto de las transformaciones estructurales del sector agroalimentario - el caso de Colombia. 2003. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

19. Doraci Cabanilha de Souza. Processos Sociais, Agricultura Familiar e a Implementação do Pronaf-Infraestrutura e Serviços: um estudo do município de Araci-BA. 2000. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
20. Augusto Andrade Oliveira. PROVE - o gosto da inclusão social. 2000. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
21. Aloisio L. P. Melo. Das Intenções de Desenvolver aos Processos de Desenvolvimento: O Processo de Reestruturação Fundiária em Conceição do Araguaia. 1999. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
22. Margot Wagner Paes. Desenvolvimento Regional e Reconversão Produtiva: alternativa para a região de campos dos Goytacazes. 1999. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
23. Carmela Alicia Valle. La Noción de Desarrollo Humano como una referencia para el Desarrollo Rural en El Salvador. 1999. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
24. Plinio A. Pereira Jr. Abastecimento e Segurança Alimentar: o caso do trigo. 1998. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
25. André C. de Souza. As Perspectivas da Pecuária Brasileira Num Contexto de Integração: O Papel da Indústria de Defensivos Animais. 1996. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
26. Alejandro A. Valeiro. Integracion y Agricultura: los Productores Argentinos de Algodon y el Mercosur. 1996. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
27. Francisco Menezes. Segurança Alimentar e Sustentabilidade: Complementaridades e Conflitos. 1996. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

28. Clécio A. da Silva. Questionando o Paraná Rural: Uma Análise do Modelo Ambiental para a Agricultura. 1995. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
29. Reni Antonio Reinardi. Políticas Públicas, Produção de Leite e Agricultura Familiar no Sul do Brasil. 1994. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
30. Regina Vareli Petti. O Icms e A Agricultura - da Reforma Agrária de 1965/7 A Constituição Federal de 1988. 1993. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

15.3. Tese de Doutorado – orientador principal

1. Afrânio de Oliveira Silva. Federalismo, descentralização e política social: a política de assistência social nos municípios fluminenses. 2014. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
2. Renato Carvalheira do Nascimento. A construção da política e do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional: o papel do Consea. 2012. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
3. Francisco Mendes Costa. Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana. 2012. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
4. Juliana Arruda. Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. 2011. Tese (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
5. Breno Aragão Tiburcio. Atores sociais, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. 2011. Tese (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
6. Thiago Rodrigo de Paula Assis. Sociedade civil, estado e políticas públicas: reflexões a partir do Programa Um Milhão de Cisternas. 2009. Tese (Ciências Sociais em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

7. Rodrigo de Souza Pain. Os desafios da participação social em um país de conflito agudo: estudo a partir da ONG angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente. 2007. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

8. Márcio Carneiro dos Reis. Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados. 2006. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

9. Marilda Bueloni Penna Poubel. A territorialidade da ocupação e utilização da terra e os espaços da agricultura familiar no Estado do Paraná. 2005. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

10. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha. Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional. 2003. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

11. Elder Andrade de Paula. Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. 2003. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

12. José Francisco de Araújo. A qualidade agroalimentar como estratégia de concorrência da fruticultura irrigada, Região Nordeste, Brasil. 2002. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

13. Georges Flexor. Desenvolvimento regional e a trajetória das convenções no Oeste de Santa Catarina. 2002. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

14. Ebenezer Pereira Couto. Manejo de Estoques e Segurança Alimentar no Brasil: repensando estratégias. 2000. Tese (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

15.4. Tese de doutorado: coorientador

1. Julian Perez Cassarino. A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. 2012. Tese (Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

16. Gestão acadêmica

Desde que ingressei na Universidade em 1975, ocupei os seguintes cargos da estrutura administrativa:

1. Chefe do Departamento de Economia, UNIMEP, 1978-179.

2. Coordenador do Curso de Mestrado Vittorio Marrama, sediado no CPDA/UFRRJ, 1992-4.

3. Coordenador do CPDA/UFRRJ em duas oportunidades: gestão 1998/9 (um ano como Vice-Coordenador e um ano como Coordenador) e gestão 2012/2014 (dois anos como Coordenador).

Além disso, menciono dois cargos de coordenação ou de gestão de estudos e pesquisa com implicações administrativas:

1. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional (NPDR), Programa de Pós-Graduação em História, UNIMEP, 1982/9.

2. Coordenação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN), CPDA/UFRRJ, 2003 até o presente.

Referências bibliográficas

a) Trabalhos do autor (individuais e em coautoria)

- Belik, W. e Maluf, R. S. (orgs.) (2000). *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas (SP): IE/UNICAMP, 234 p.
- Bilbao, S. A., Maluf, R. S. (1988). *Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar*. Campinas (SP): NPCT-UNICAMP/CNPq, 129 p.
- Bonnal, P.; Cazella, A. A.; Maluf, R. S. (2008). Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.16, p. 185 - 227.
- Bonnal, P. e Maluf, R. S. (2007). Do uso da noção de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil In: Lima, E., Delgado, N. e Moreira, R. (orgs.), *Mundo Rural IV - configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. R. Janeiro: Mauad Editora, p. 217-236.
- Bonnal, P. e Maluf, R. S. (2009a). Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 8, p. 211 - 250.
- Bonnal, P. E Maluf, R. S. (2009b). Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil In: Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (orgs). *Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. R. Janeiro: Mauad X, p. 71-110.
- Bonnal, P. e Maluf, R. S. (2010a). Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil In: Delgado, N.G. (org.). *Brasil rural em debate - coletânea de artigos*. Brasília: CONDRAF/MDA, p. 246-270.
- Bonnal, P. E Maluf, R. S. (2010b). Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura no Brasil In: Vieira, P. F.; Cazella, A.; Cerdan, C.; Carrière, J-P. (orgs.) *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil - subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED/Secco, p. 375-410.
- Burlandy, L., Maluf, R. S. (2007). *Poverty, inequality and social policies in Brazil*. R. Janeiro: Ceresan/UFRRJ. (Working papers N. 1)
- Burlandy, L., Magalhães, R. e Maluf, R. S. (coords.) (2006). *Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional no Brasil: aspectos produtivos,*

de consumo e de políticas públicas. R. Janeiro: CERESAN/UFRRJ. (Relatórios Técnicos N. 3)

Burlandy, L. e Maluf, R. S. (2011). Soberania Alimentar - dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo. In: Taddei, J. A.; Lang, R. G. F.; Longo-Silva, G; Toloni, M. H. A. (orgs.). *Nutrição em Saúde Pública*. R. Janeiro: Editora Rubio, p. 457-469.

Burlandy, L., Maluf, R. S., Rocha, C. (2013). Construção da política e da institucionalidade da segurança alimentar e nutricional no Brasil In: Lima, S. C.; Magalhães, R.; Fonseca, L. E.; Carvalho, A.(orgs.). *Segurança alimentar e nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspectivas*. R. Janeiro: Editora da FIOCRUZ, p. 77-92.

Burlandy, L., Rocha, C., Maluf, R. S. (2014). Integrating nutrition into agricultural and rural development policies: the Brazilian experience of building an innovative food and nutrition security approach In: Thompson, B. and Amoroso, L. (orgs.), *Improving diets and nutrition: food-based approaches*. Roma: CABI/FAO, p. 101-112.

Carneiro, M. J. T, Maluf, R. S. (2010). Multifonctionnalité de l'agriculture familiale au Brésil: quelques voies de réflexion In: Wolfer, B. (ed.), *Agricultures et paysanneries du monde*. Versailles: Editions Quae, p. 121-144.

Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (orgs) (2009a). *Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. R. Janeiro: Mauad X

Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (2009b). Multifuncionalidade da agricultura familiar e território: avanços e desafios para a conjunção de enfoques In: Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (orgs). *Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. R. Janeiro: Mauad X, p. 291-301.

Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (2009c). Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa In: Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (orgs). *Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. R. Janeiro: Mauad X, p. 47-70.

Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (2009d). Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial In: Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (orgs). *Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. R. Janeiro: Mauad X, p. 25-46.

- Delgado, N., Lavinias, L., Maluf, R. S., Romano, J. (1992). Libre-échange, ajustement structurel et agriculture: le cas du Brésil. *Cahiers des Ameriques Latines*, v.12, p.89 - 106.
- Delgado, N.; Lavinias, L.; Maluf, R. S.; Romano, J. (1994a). Aggiustamento Strutturale e Agricoltura in Brasile. *La Questione Agraria*, p.45 - 73.
- Delgado, N., Lavinias, L., Maluf, R. S., Romano, J. (1994b). O Projeto Mercosul: sugestões para o debate In: *Integração, Região e Regionalismos*. R. Janeiro: Bertrand Brasil, p. 89-100.
- Delgado, N., Lavinias, L., Maluf, R. S., Romano, J. (1993). O Projeto Mercosul e as cadeias agroindustriais In: DESEP/INCA. *Mercosul - Integração na América Latina e Relações com a Comunidade Européia*. S. Paulo: Ed CAJA, p. 109-157.
- Delgado, N., Lavinias, L., Maluf, R. S., Romano, J. (1996). *Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul*. R. Janeiro, Forense Universitária/Editora Universidade Rural, 185 p.
- Grisa, C.; Schmitt, C. J.; Mattei, L.; Maluf, R. S. ; Leite, S. P. (2010). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos*. V. 13, p. 137 - 170.
- Grisa, C., Schmitt, C. J.; Mattei, L.; Maluf, R. S.; Leite, S. P. (2011). Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Revista Agriculturas*, v.8, p. 34 - 41.
- Kepple, A. W., Maluf, R. S. e Burlandy, L. (2012). *Implementing a decentralized national food and nutrition security system in Brazil*. Ithaca (US): Cornell University (Case Study #9-10 of the Program: "Food policy for developing countries: the role of government in the global food system")
- Lavinias, L. e Maluf, R. S. (1992). Abastecimento, Segurança Alimentar e Ação Municipal. *Revista de Administração Municipal*, v.39, p.63 - 70.
- Leão, M., Maluf, R. S. (2012). *A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira*. Brasília: ABRANDH/OXFAM, 72 p. (Boletim; traduções para espanhol, inglês, francês, russo e mandarim)
- Machado, J. e Maluf R. (1983). *A crise no Brasil: raízes econômicas, o impasse político e os interesses populares*. Piracicaba (SP), UNIMEP, 35 p. (Segundo Encuentro de Científicos Sociales y Teólogos, San José, Costa Rica, Julio/1983).

- Maluf, R. S. (1977). *A Expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão*. Campinas (SP), UNICAMP/IFCH. (Dissertação de Mestrado)
- (1979a). *Notas sobre a noção de desenvolvimento econômico nos fisiocratas e em Adam Smith*. Piracicaba (SP), DECA/UNIMEP, 10 p. (mimeo.)
 - (1979b). *A acumulação em David Ricardo*. Piracicaba (SP), DECA/UNIMEP, 11 p. (mimeo.)
 - (1982). *Algumas questões teórico-metodológicas no estudo da comercialização agrícola*. Campinas (SP), UNICAMP/IFCH/DEPE. (Texto para discussão Nº 16).
 - (1983a). Utopía e Ideología. In: Vidales, R.; Pagán, L.R. (eds.) *La Esperanza en el Presente de América Latina*. San José (Costa Rica): DEI, p. 475-479.
 - (1983b). O Núcleo de Documentação Regional. *Revista Brasileira de História*, 3(5), p. 73 - 86.
 - (coord.) (1984). *Aspectos da constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho em Piracicaba*. Piracicaba (SP), Editora UNIMEP, 177 p.
 - (1988). *Um "mal necessário"? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil*. Campinas (SP), UNICAMP/IE. (Versão revista e atualizada da tese foi publicada pelo IPEA na Série Cadernos de Economia, Nº 12, Dezembro de 1992)
 - (1991a). Modernização, mercado e abastecimento alimentar. *Tempo Presença*, v.13, p. 10 - 13.
 - (1991b). Segurança alimentar e políticas de abastecimento. *Conjuntura Alimentos*, Nº Especial, p.05 - 07.
 - (1992a) Super safras e o abastecimento. *Políticas Governamentais*, Vol. VI, p. 7 - 9.
 - (1992b). O Encarecimento dos alimentos no Brasil. *Conjuntura Alimentos*, 4(1), p. 28 - 30.
 - (1992c). Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil. *Revista de Economia Política*, v.3, p.46 - 57.
 - (1993). O Projeto Mercosul e as cadeias agroindustriais In: DESEP/INCA. *Mercosul - Integração na América Latina e Relações com a Comunidade Européia*. S. Paulo: Ed CAJA, p. 109-157.
 - (1994a). *Políticas de segurança alimentar – definições, determinantes e o papel do MARA*. R. Janeiro, CPDA/UFRRJ-IICA, 76 p.

- (1994b). Panorama e Mitos do Abastecimento Alimentar. *Revista da Universidade Rural*, Série Ciências Humanas, v.16, p.25 - 33.
- (1994c). Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico no Brasil. *Conjuntura Alimentos*, v.6, p.19 - 25.
- (1995a). Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico na América Latina: o caso do Brasil. *Revista de Economia Política*, v.15, Nº 1 (57), p.134 - 140.
- (1995b). Segurança Alimentar, Desenvolvimento Sustentável e Planejamento Agroalimentar. *Agricultura Sustentável*, v.2, p.34 - 44.
- (1997). *Planejamento, Desenvolvimento e Agricultura na América Latina: um roteiro de temas*. R. Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Série CPDA Debates, N.3)
- (1998a). Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona (Esp.), 19p. (<http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>)
- (1998b). Economic Development and the Food Question in Latin America. *Food Policy*, v. 23, p. 155 - 172.
- (1998c). Amartya Sen - Inequality Reexamined. *Revista de Economia Política*, (Resenha)
- (1988d). Doctrines of Development. *Revista Estudos Econômicos*, V. 28, N. 2, p. 369-372. (Resenha)
- (1999). Economia de rede, o papel da distribuição e a problemática da segurança alimentar. In: Maluf, R. S. e Wilkinson, J. (org.). *Reestruturação do Sistema Agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa*. R. Janeiro: MAUAD Editorial, p. 61-69.
- (2000a). Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.15, p. 53 - 86.
- (2000b). O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. In: Bélik, W. e Maluf, Renato S. (orgs.). *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas (SP), IE/UNICAMP, p. 37-64.
- (2001a) Attribuer un sens à la notion de développement économique. *Economies et Sociétés*, v. XXXV-F, p. 1561 - 1587.

- (2001b). Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: Leite, S. P. (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. P. Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p. 145-168.
- (2002a). O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa In: Lima, D. e Wilkinson, J. (org.), *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília (DF) : CNPq/Paralelo 15, p. 301-328.
- (2002b). Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil In: Moreira, R. e Costa, L.F.C. (org.), *Mundo rural e cultura*. R. Janeiro: Mauad, p. 241-261.
- (2003a). Hambre cero y la lucha a la pobreza en Brasil. *Política Internazionale*, v. XXX, p. 81 - 88.
- (2003b). A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira In: Maluf, R. S. e Carneiro, M. J. (orgs.), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. R. Janeiro: Mauad, p. 135-152.
- (2004). Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaíos FEE*, v.25, p. 299 - 322.
- (2006). *Segurança alimentar e fome no Brasil - 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação*. R. Janeiro: CERESAN/UFRRJ. (Relatórios Técnicos N. 2).
- (2007a). Nuevos enfoques en agricultura y la enseñanza de desarrollo rural: la multifuncionalidad de la agricultura en Brasil In: Pérez, E. (org.), *La enseñanza del desarrollo rural: enfoques y perspectivas*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, p. 199-212.
- (2007b). Segurança alimentar e nutricional com valorização da cultura alimentar. In: *Cultura e alimentação - saberes alimentares e sabores culturais*. S. Paulo: SESC, p. 143-150.
- (2007c). *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 174 p.
- (2008a). *Seguridad alimentaria y nutricional - un enfoque de derecho y soberanía*. Quito (Ec.): CAFOLIS, 193 p.
- (2008b). *Towards an alternative multilateralism: trade, food, health, and development across the global food system - proceedings of a debate*. R. Janeiro, Ceresan/UFRRJ (Working papers N.2).

- (2009a). A política de abastecimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional In: CONAB (2009). *Agricultura e Abastecimento Alimentar - políticas públicas e mercado agrícola*. Brasília: CONAB, p. 109-120.
- (2009b). Seguridad alimentaria y nutricional, agricultura y medio rural: enfoques, institucionalidad y políticas In: Piñero, M. (org.), *La Institucionalidad Agropecuaria en América Latina: estado actual y nuevos desafíos*. Santiago de Chile: FAO, p. 485-517.
- (2010a). O CONSEA na construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional In: Silva, J.G, Grossi, M. del e França, C. G. (orgs.) *Fome Zero - a experiência brasileira*. Brasília (DF): MDA, p. 265-287. (Livro traduzido para o inglês, espanhol e francês)
- (2010b). Construção do SISAN, mobilização e participação social In: Brasil. MDS. *Fome Zero - uma história brasileira*. Brasília: MDS, vol.II, p. 27-37.
- (2010c). Programas de desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. *Raízes*, v. 28-29, p.19 - 26.
- (2013). Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão sócio-produtiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In: Miranda, C. e Tibúrcio, B. (orgs.), *Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil*. Brasília (DF): IICA, p. 57:88. (Série DRS, v.19)
- (2013). A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios. In: Mielitz, C. (org.) *Desenvolvimento agrícola e questão agrária*. S. Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 135-154.
- (2014a). Evolution de l'emploi agricole, impacts des politiques publiques: le cas du Brésil In: Sauvat, V. (coord.), *Les exclusions paysannes: quels impacts sur le marché international du travail*. Paris: Agence Française de Développement, p. 120 - 144 [Colloque «Evolutions du marché international du travail, impacts des exclusions paysannes», 2012, Paris]
- (2014b). Destinos e finalidades da produção agropecuária In: Senra, N. C. (coord.). *O Censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários*.R. Janeiro: IBGE, 2014, p. 265-282.

- (2015). Hirschman e a dessacralização da epopéia do desenvolvimento por um desenvolvimentista. *Revista de Economia Política*, 35 (1-138), pp. 43-63.
- Maluf, R. S., Burlandy, L., Santarelli, M. R., Schottz, V. e Speranza, J. S. (2012). The Brazilian experience in promoting food and nutrition sovereignty and security: contributions to the debate on nutrition-sensitive agriculture - a case study. Hohenheim (Dl.), *Food Security Center, University of Hohenheim* (Relatório de pesquisa)
- Maluf, R., Burlandy, L., Santarelli, M. Schottz, V. Speranza, J. S. (2015) Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(8), p. 2303-2312. [DOI: 10.1590/1413-81232015208.14032014]
- Maluf, R. S. e Carneiro, M. J. T. (orgs.) (2003). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. R. Janeiro: Mauad, 230 p.
- Maluf, R. S. e Carneiro, M. J. T. (2005) Multifuncionalidade da agricultura familiar. *Cadernos do CEAM*, v.V, p.43 - 58.
- Maluf, R. S. e Costa, C. (2001). *Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional*. S. Paulo: Instituto PÓLIS. (Série) [Publicação antecedida por: *Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar*, Série PÓLIS Papers N. 4, 1999; *Ações Públicas Locais de Abastecimento Alimentar*, Série PÓLIS Papers N. 5, 1999; *Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar*, Série PÓLIS Papers, N. 6, 2000; *Ações públicas de segurança alimentar para grupos populacionais específicos*, Série PÓLIS Papers N. 7, 2000]
- Maluf, R. S. e Delgado, N. (2002). Comércio e desenvolvimento no Acordo sobre Agricultura da OMC: o Brasil e a proposta de uma caixa de desenvolvimento In: ActionAid Brasil. *Agricultura, meio ambiente e acesso ao mercado internacional: para quê e para quem?* R. Janeiro: ActionAid Brasil, p. 7-34.
- Maluf, R. S. e Prado, B. (2015) *Atuação brasileira na América Latina e Caribe relacionada com a soberania e segurança alimentar e nutricional*. R. Janeiro, CERESAN/UFRRJ. (Série Textos para Discussão Nº 8).
- Maluf, R. S. e Reis, M. C. (2013a). Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: Rocha, C., Burlandy, L. e Magalhães, R. (orgs.). *Segurança alimentar e*

- nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. R. Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 15-42.
- Maluf, R. S., Reis, M. C. (2013b). Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica In: Rocha, C., Burlandy, L e Magalhães, R. (orgs.). *Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. R. Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 43-68.
- Maluf, R. S. e Rosa, Teresa S. (2011). *Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades*. R. Janeiro, CERESAN/UFRRJ. (Relatório técnico Nº 5, vols. I e II).
- Maluf, R. S., Roux, B. et Bonnal, P. (2004). Analyse au niveau local de la prise en compte de la multifonctionnalité de l'agriculture au Brésil à partir d'un dispositif comparatif regional - rapprochement du cas français. *Les Cahiers de la Multifonctionnalité*, p. 141 - 148.
- Maluf, R. S., Santarelli, M. R. e Alexandre, V. P. (2014). *A cooperação brasileira em segurança alimentar e nutricional: determinantes e desafios presentes na construção da agenda internacional*. R. Janeiro: CERESAN/UFRRJ. (Série Textos para Discussão Nº 3).
- Maluf, R. S. e Santarelli, (2015), *Cooperação Sul-Sul brasileira em soberania e segurança alimentar e nutricional: evidências de pesquisa e indicativos de agenda*. R. Janeiro, CERESAN/UFRRJ, 23 p. (Série Textos para Discussão, 9).
- Maluf, R. S., Schmitt, C. J. e Prado, B. (2014). *Estado de arte de las políticas para la agricultura familiar en los países del MERCOSUR Ampliado: retos de la región en el Año Internacional de la Agricultura Familiar Campesina e Indígena*. R. Janeiro, CPDA/UFRRJ. (Relatórios Técnicos N. 7).
- Maluf, R. S. e Speranza, J. S. (2013). *Volatilidade dos preços internacionais e a inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional*. Brasília: MDS/SESAN, 148 p. (Caderno SISAN 01/2013).
- Maluf, R. S. e Speranza, J. S. (2014). *Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão*. R. Janeiro, CPDA/UFRRJ. (Relatório Técnico N. 7).
- Maluf, R. S. e Wilkinson, J. (orgs.). (1999). *Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa*. R. Janeiro: MAUAD Editorial, 198 p.

- Maluf, R. S. e Zimmermann, S. A. (2005). *Políticas municipais de erradicação da fome e de promoção da agricultura familiar no Brasil*. R. Janeiro: Ceresan/UFRRJ. (Relatórios Técnicos N. 1; trabalho traduzido para o francês)
- Mattei, L. e Maluf, R. S. (2011). Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: Miranda, C. e Tibúrcio, B. (orgs.). *Pobreza rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento*. Brasília (DF): IICA, p. 15:26. (Série DRS, Edição Especial).
- Maluf, R. S. e Rosa, Teresa S. (2011). Populações vulneráveis e agenda pública no Brasil. In: Peiter, G. (coord.) *Mudanças climáticas, vulnerabilidade e adaptação*. R. Janeiro: COEP, p. 51-287. (Coleção COEP Cidadania em Rede).
- Rocha, C., Burlandy, L.; Maluf, R. S. (2012) Small farms and sustainable rural development for food security: The Brazilian experience. *Development South Africa*, v.29, p. 519 - 529.
- Rosa, T. S. e Maluf, R. S. (2010). Populações vulnerabilizadas e o enfrentamento de eventos climáticos extremos: estratégias de adaptação e de mitigação. *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*, v. 23/24, p. 40 - 48.
- Schmitt, C. J., Maluf, R. S. (2010). Soberania e segurança alimentar no Mercosul Ampliado: o lugar da agricultura camponesa e familiar In: Moreira, R. e Bruno, R. (orgs.) *Interpretações, estudos rurais e política*. R. Janeiro / Seropédica, Mauad X / EDUR, p. 133-155.
- Schmitt, C. J., Maluf, R. S., Belik, W. (2015). Family farming, institutional markets and innovations in public policy: food and nutritional security as a driver for governmental intervention In: Hebinck, P, Ploeg J-D van der & Schneider, S. (eds.). *Rural Development and the Construction of New Markets*. Abingdon/New York: Routledge, p. 61-78.
- Zimmermann, S. A.; Grisa, C.; Tecchio, A.; Leite, S. P., Bonnal, P.; Cazella, A. A.; Delgado, N.; Maluf, R. S.; Mattei, L. (2014), Desenvolvimento Territorial e Políticas de Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil. *Campo – Território*, v.9, p. 540 - 573.

b) Referências bibliográficas citadas no texto

- Abbott, J. C. (1962). *O papel da comercialização no desenvolvimento das economias atrasadas*. S. Paulo, IEA. (tradução, mimeo.)

- Basaldi, O. (2008). *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira*. S. Paulo, Ed. Hucitec.
- Convenio UNICAMP/INCRA (1977). *Comercialização e formação de preços na agricultura brasileira*. Campinas (SP), UNICAMP/IFCH.
- Cowen, M.P. & Shenton, R.W. (1996), *Doctrines of Development*. London, Routledge.
- Daviron, B. *et al. Price volatility and food security*. Rome, CFS, 2011 (HLPE Report 1).
- Friedmann, H. The political economy of food: a global crisis. *New Left Review* 197, 1993, 29-57.
- Friedmann, H. & McMichael (1989), P. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures – from 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, XXIX (2), 93-117.
- Hervieu, B (2003). L'angoisse du choix- entretien de Bertrand Hervieu avec Pascal Delannoy et Jean Viard. In : Delannoy, P. Et Hervieu, B. *À table – peut-on encore bien manger?* Paris, Editions de l'Aube.
- Hirschman, A. O. (1981), *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge (MA), Cambridge University Press, 1981 (Chapt 4: Morality and the Social sciences – a durable tension). [Publicação em português: Hirschman, A. O., *A economia como ciência moral e política*. S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1986]
- Hirschman, A. O. (1992 [1986]), *Rival views of market society and other recent essays*. Cambridge (Ma.), Harvard University Press.
- Linhares, M. Y. e Silva, F. C. T. (1979). *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília (DF), BINAGRI/Ministério da Agricultura.
- McMichael, Philip (2009). A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, 36:1, p. 139-169.
- McPherson, Michael (1988) "O cientista social como cético construtivo: sobre o papel de Hirschman". In: Foxley, A., *et al.*(orgs.). *Desenvolvimento e política e aspirações sociais: o pensamento de Albert O. Hirschman*. S. Paulo, Vértice - Ed. Revista dos Tribunais, 316-326.
- Paiva, Ruy M. (1968). A melhoria do mercado e da comercialização nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Economia*, 22(2), 44.

- Paz, Octávio. (1975). *Vuelta a "El laberinto de la soledad"*. In: Paz, O. *El laberinto de la soledad – Postdata – Vuelta a "El Laberinto de la soledad"*. México, Fondo de Cultura Económica, 1999.
- Rocha, C., Burlandy, L e Magalhães, R. (orgs.) (2013). *Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. R. Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Sen, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*, S. Paulo, Cia. das Letras.
- Silva, Sérgio (1977), Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: Pinsky, J. (org.), *Capital e trabalho no campo*. S. Paulo, HUCITEC, p. 7:24.
- Smith, Gordon (1973). Comercialização e desenvolvimento econômico: o estudo de um caso brasileiro – 1930/1970. *Estudos Econômicos*, 3(1),
- Steele, H. et al. (1971). *Comercialização agrícola*. S. Paulo, Ed. Atlas.
- Velho, Otávio G. (1969). O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. *América Latina*, XII (1), Janeiro-Março.
- Wanderley, Maria N.B. (1977), Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceitos e realidade. *Ciência e Cultura*, 29(5), maio.

DIAGRAMA: AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS DE ALIMENTOS(Fonte: Maluf, 2004)

